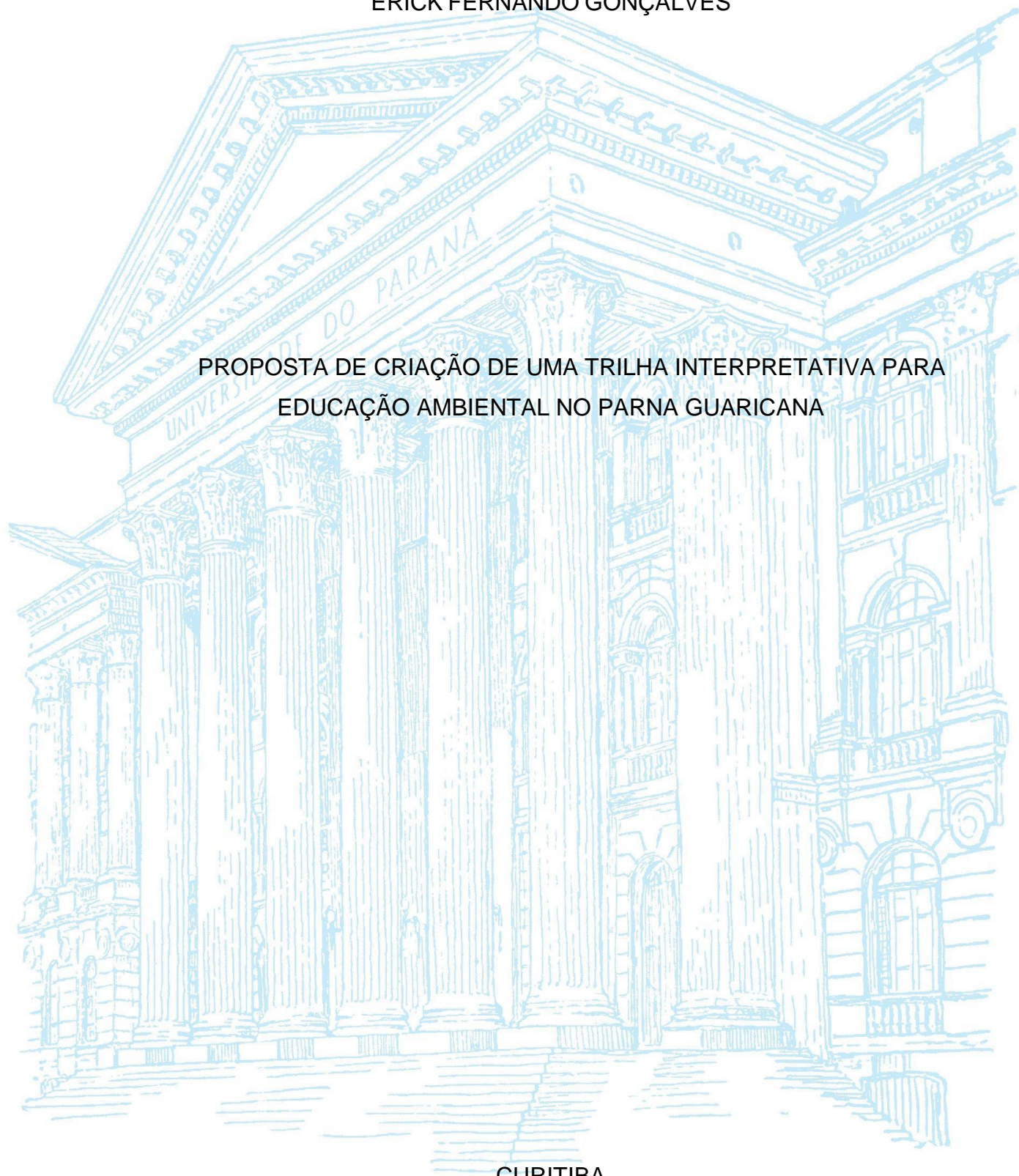


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ERICK FERNANDO GONÇALVES

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UMA TRILHA INTERPRETATIVA PARA  
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PARNA GUARICANA



CURITIBA

2019

ERICK FERNANDO GONÇALVES

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UMA TRILHA INTERPRETATIVA PARA  
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PARNA GUARICANA

Trabalho apresentado à disciplina de Projeto de Planejamento e Gestão em Turismo II do curso de Graduação em Turismo, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Turismo.

Orientador(a): Prof.(a). Dr(a). Luciane de Fatima Neri

CURITIBA

2019

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus avós Amilton e Nazira por terem me criado com todo o amor e carinho sempre me ensinando os princípios da vida.

A minha mãe Terezinha por sempre me apoiar e me ajudar mesmo com todas as dificuldades.

A minha irmã Bruna e minha família que sempre me ajudaram na realização dos meus sonhos.

Ao Santo Daime que me dá forças e alegria para sempre seguir buscando ver o lado bom da vida.

A minha professora e orientadora Luciane Neri que nunca deixou de me orientar e sempre soube como dar uns bons puxões de orelha buscando resultados.

Aos funcionários da biblioteca do Campus Rebouças que sempre estiveram dispostos a me ajudar durante a pesquisa.

Agradeço de forma geral a todos os amigos que sempre estiveram comigo e me ajudaram e me tornar a pessoa que eu sou.

“O mundo é muito grande e nossa vida  
pode ser muito curta. Melhor não ficar  
pensando nisso e viajar”.

Miguel Bahl

## **RESUMO**

O presente trabalho busca apresentar informações acerca das Unidades de Conservação com foco no Parque Nacional Guaricana. Para isso, foi realizado um inventário da oferta turística do parque com intuito de verificar o potencial do local para a visitação pública. Assim busca-se trazer esclarecimentos sobre o uso público nas UCs, atividades do turismo em Unidades de Conservação e planejamento em áreas naturais. A metodologia utilizada foi de caráter exploratório/descritiva, tendo como principal ferramenta o formulário de Inventariação da Oferta Turística do Ministério do Turismo, específico para atrativos naturais e Unidades de Conservação. A partir das informações coletadas foi possível fazer um diagnóstico turístico do Parque e analisar os principais acessos, identificando os atrativos e desafios para a elaboração de um projeto de visitação turística. Por fim é apresentado uma proposta de estruturação de uma trilha de interpretação e educação ambiental no Parque levando em conta o pensamento de que a melhor forma de se preservar é através do conhecimento.

Palavras-chave: Unidades de Conservação. Uso Público. Planejamento em áreas Naturais. Turismo em Parques Nacionais. Parque Nacional Guaricana.

## **ABSTRACT**

The present work seeks to present information about Conservation Units focusing on the Guaricana National Park. For this, an inventory of the park's tourist offer was carried out in order to verify the potential of the place for public visitation. Thus it seeks to bring clarification on public use in protected areas, tourism activities in protected areas and planning in natural areas. The methodology used was exploratory/descriptive, having as its main tool the Tourist Offer Inventory Form of the Ministry of Tourism, specific for natural attractions and Conservation Units. From the collected information it was possible to make a tourist diagnosis of the Park and analyze the main accesses, identifying the attractive and challenges for the elaboration of a tourist visitation project. Finally, a proposal for structuring a trail of interpretation and environmental education in the Park is presented, taking into account the thought that the best way to preserve itself is through knowledge.

Key words: Conservation units. Public use. Planning in Natural Areas. Tourism in National Parks. Guaricana National Park.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1– MAPA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL (2018) .....	17
FIGURA 2- ANATOMIA DA TRILHA .....	33
FIGURA 3 - ORIENTAÇÃO DE DRENAGEM .....	34
FIGURA 4– MAPA PARQUE NACIONAL GUARICANA .....	40
FIGURA 5- PARNA GUARICANA E MOSAICO DE UCs DA SERRA DO MAR (PARANÁ) .....	45
FIGURA 6- MAPA HIDROGRÁFICO PARQUE NACIONAL GUARICANA .....	47
FIGURA 7- ACESSOS PARNA GUARICANA.....	50
FIGURA 8 - FRENTE DA FAZENDA JULIATTO.....	51
FIGURA 10- BIFURCAÇÃO PICADA PARA O RIO ARRAIAL E REPRESA GUARICANA.....	51
FIGURA 11- PEGADA DE PUMA .....	52
FIGURA 12- PEGADA DE ANTA .....	52
FIGURA 13 - ÁREA DE ATOLEIRO .....	65
FIGURA 14- MODELO DE PASSARELA FLONA DE ASSUNGUI .....	65
FIGURA 15- MODELOS DE PEGADAS NO BRASIL .....	66
FIGURA 16- MODELO DE SINALIZAÇÃO INTERPRETATIVA.....	68

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL .....	15
QUADRO 2 - UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL .....	15
QUADRO 3 - MODALIDADES DE TURISMO EM ÁREAS NATURAIS .....	22
QUADRO 4 - IMPACTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO ECOTURISMO.....	25
QUADRO 5 - ATIVIDADES DO TURISMO DE AVENTURA.....	27
QUADRO 6 - IMPACTOS DO TURISMO DE AVENTURA .....	28
QUADRO 7 - SEGMENTOS DO TURISMO HISTÓRICO-CULTURAL.....	30
QUADRO 8 - ETAPAS PARA CONSTRUÇÃO DE TRILHAS .....	33
QUADRO 9 - TIPOS DE SINALIZAÇÃO .....	35
QUADRO 10 - PILARES DA OPORTUNIDADE INTERPRETATIVA .....	38
QUADRO 11 - MODELO DE ANÁLISE SWOT .....	42
QUADRO 12 - APRESENTAÇÃO DE COMO SERÃO ALCANÇADOS OS OBJETIVOS.....	43
QUADRO 13 - ANÁLISE SWOT ACESSO VIADUTO DOS PADRES .....	54
QUADRO 14 - ANÁLISE SWOT ACESSO FAZENDA CATAS ALTAS.....	54
QUADRO 15- ANÁLISE SWOT ACESSO FAZENDA JULIATTO .....	55
QUADRO 16 - ANÁLISE SWOT ACESSO FAZENDA GUARICANA.....	56
QUADRO 17 - ANÁLISE SWOT PARQUE NACIONAL GUARICANA .....	57
QUADRO 18 - APRESENTAÇÃO DOS OBJETIVOS ALCANÇADOS.....	58
QUADRO 19 - ETAPAS DO PROJETO .....	64
QUADRO 20 - RECURSOS HUMANOS .....	69
QUADRO 21 - CUSTOS FIXOS E VARIÁVEIS.....	69



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>MARCO TEÓRICO .....</b>	<b>13</b>
2.1	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E USO PÚBLICO .....	13
2.2	TURISMO E PLANEJAMENTO EM ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS.....	20
2.2.1	Ecoturismo .....	23
2.2.3	Turismo Histórico-cultural.....	29
2.2.4	Turismo Técnico-científico.....	31
2.3	TRILHAS DE INTERPRETAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....	32
2.3.1	Trilhas.....	32
2.3.2	Educação e Interpretação Ambiental.....	36
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>39</b>
3.1	TIPO DE PESQUISA.....	39
3.2	TÉCNICAS DE PESQUISA .....	39
3.3	COLETA DE DADOS: .....	40
3.3.1	Construção do instrumento de coleta dos dados .....	41
3.3.2	Tabulação e interpretação dos dados .....	42
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA .....</b>	<b>43</b>
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO .....	44
4.1.1	Análise SWOT dos Acessos e do Parque .....	53
<b>5</b>	<b>PROJETO DE PESQUISA: CRIAÇÃO DE UMA TRILHA INTERPRETATIVA PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PARNA GUARICANA .....</b>	<b>61</b>
<b>5.1</b>	<b>DESCRIÇÃO DO PROJETO.....</b>	<b>61</b>
5.1.1	Trilha Interpretativa: O Caminho do Puma .....	61
<b>5.2</b>	<b>ETAPAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO .....</b>	<b>63</b>
5.2.2	Descrição dos Recursos Humanos envolvidos no projeto.....	68
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>71</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>73</b>
	<b>APÊNDICE 1 - NORMAS ABNT PARA O TURISMO DE AVENTURA .....</b>	<b>78</b>
	<b>APÊNDICE 2: ENTREVISTA AROLD O .....</b>	<b>85</b>
	<b>ANEXO A – FORMULÁRIO C.1.5 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E SIMILARES .....</b>	<b>91</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Criado para proteger uma área remanescente de Mata Atlântica localizado nos municípios de São José do Pinhais, Morretes e Guaratuba, O Parque Nacional Guaricana abriga um total de 49.286,87 hectares de Mata Atlântica em meio à Serra do Mar Paranaense, foi oficialmente criado através do Decreto s/n de 14 de outubro de 2014. O presente estudo visa descobrir a potencialidade deste Parque para o uso turístico e preparar a Unidade de Conservação - UC para receber visitantes com qualidade e segurança com o intuito de consolidar a visitação de forma segura, tal qual a prioridade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e Ministério do Meio Ambiente - MMA. Dentre as categorias de UCs presentes no Brasil os Parques Nacionais, além de serem importantes locais de conservação da fauna e flora brasileira são meios fundamentais de conscientização ambiental e geralmente tem grande potencialidade para o turismo. Muitos parques do Brasil estão abertos para a visitação pública e são grandes propulsores do desenvolvimento econômico regional, conforme publicado no site oficial do governo nacional em 2017 com base em uma tese de doutorado “o turismo em reservas movimenta R\$ 4 bilhões por ano”. Brasil (2017, não p.)

Percebendo que o turismo pode ser rentável nestes locais a presente pesquisa busca auxiliar no desenvolvimento do planejamento do uso público no Parque Nacional Guaricana e apresentar um projeto de visitação para o local, considerando a potencialidade do ParNa para o uso do turismo e propondo um roteiro ecoturístico e de aventura que contemple uma visitação de qualidade no local.

Pode-se entender a grande magnitude deste parque conhecendo o bioma em que está inserido, a Mata Atlântica tem grande destaque e de acordo com o ICMBio, neste bioma “vivem cerca de 20 mil espécies vegetais, 261 espécies de mamíferos, 200 de répteis, 370 de anfíbios, 350 de peixes e 849 espécies de aves” Brasil (2019d, não p.)

Este bioma que se encontra próximo de grandes centros urbanos têm sofrido com a perda de sua área ao longo do tempo, segundo a Fundação SOS Mata Atlântica (2019 não p.) restam no país cerca de 12,4% da floresta original, e que esta é uma das mais ricas em biodiversidade de espécies do planeta. Na Mata Atlântica existem espécies de plantas como o Jacarandá, a Paineira, o Jequitibá, o

Pau-Brasil, Begônias e Samambaias, também conta com mais de 170 mil espécies de animais dentre os quais podemos apresentar a Suçuarana, a Onça Pintada, a Anta, o Mico-leão Dourado, o Mutum e Beija-flores encontrados somente neste ecossistema, assim percebemos o grande potencial presente neste tipo de floresta. (Neiman, 2005)

A importância desta floresta é tamanha que na Constituição Federal de 1988 já a posiciona como sendo Patrimônio Nacional impondo a sua utilização na forma da lei. Brasil (1988, não p.).

Após compreender a importância deste bioma segue-se então para o problema apresentado nesta pesquisa. Devido a sua recente criação e constatando a falta de um Plano de Manejo, a presente pesquisa busca responder a seguinte questão: O Parque Nacional Guaricana tem potencial para desenvolver o uso público turístico?

A partir do problema apresentado buscou-se formas de se responder esta indagação, os objetivos geral e específicos constituem uma forma de se chegar ao resultado esperado de acordo com o questionamento da pesquisa. Dessa forma realizou-se uma pesquisa com o intuito de “Avaliar o potencial ecoturístico e de aventura do Parque Nacional Guaricana PR, com o fim de delinear uma proposta de uso público voltado para a exploração turística do parque”. Desse modo determinou-se os seguintes objetivos específicos: Caracterizar o parque e identificar recursos naturais com potencial para o turismo; Diagnosticar infraestruturas e equipamentos existentes no parque com potencial para uso público; Identificar as atividades com potencial para serem desenvolvidas no ParNa Guaricana; Identificar trilhas com potencial ecoturístico e de aventura no ParNa e Propor a criação de uma trilha interpretativa voltada para a educação ambiental e lazer.

A presente pesquisa parte da iniciativa do ICMBio em ter uma parceria com a Universidade Federal do Paraná para desenvolver pesquisas no Parque Nacional Guaricana, tendo como propósito trazer esclarecimentos quanto ao uso público para que o mesmo possa ser contemplado no plano de manejo do parque que está em processo de criação, do interesse e amor deste pesquisador pela natureza e sua vontade em acrescentar ao conhecimento acadêmico, estudos acerca da importância das UCs para o turismo e conseqüentemente seus benefícios para a economia, também diz respeito quanto a preocupação do destino das UCs e seu

uso para atividade turística, bem como popularizar o conhecimento das belezas que a natureza reserva e a importância de preservá-la.

Para que estes interesses possam ser analisados buscou-se apresentar um estudo capaz de abranger os diversos temas abordados, com informações recentes sobre o assunto.

Assim este trabalho inicia-se com o marco teórico onde busca-se abordar temas como Unidades de Conservação e uso público, o turismo e planejamento em áreas naturais onde pretende-se apresentar os tipos de turismo que podem ser desenvolvidos neste campo, além de uma breve abordagem dos segmentos do turismo em áreas naturais. Apresenta-se a metodologia utilizada para a realização da pesquisa, detalhando como foi realizada a coleta de dados e os instrumentos de pesquisa utilizados, a seguir apresenta-se a análise dos resultados onde é explicado como foi realizada a pesquisa de campo . Por fim apresenta-se o projeto de uma trilha interpretativa tendo como foco a biodiversidade do parque para a educação e interpretação ambiental onde é descrito o projeto e apresentado todos os gastos prospectados para a realização do mesmo segue-se então para as considerações finais, referências, anexos e apêndice.

## 2 MARCO TEÓRICO

Neste tópico procura-se explicar acerca dos assuntos que são pertinentes a proposta da pesquisa, abordando temas como Unidades de Conservação e uso público, turismo e planejamento em áreas naturais apresentando as modalidades turísticas e as atividades passíveis de serem desenvolvidas, a importância do planejamento para o desenvolvimento de atividades em UCs e também busca-se apresentar informações sobre a construção de trilhas e sinalização necessária para o desenvolvimento de atividades.

### 2.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E USO PÚBLICO

A responsabilidade quanto a conservação de áreas naturais tem seu prelúdio já na antiguidade onde havia a preocupação de se pensar a criação de áreas naturais protegidas para se preservar a vida selvagem, Davenport e Rao (2002, p.53) destacam que “as primeiras diretrizes sobre conservação da vida silvestre de que se tem registro foram promulgadas na Índia no século quarto antes de Cristo, quando todas as formas de uso e atividade extrativista foram proibidas nas florestas sagradas” no entanto percebe-se que as áreas protegidas de antes não tinham a mesma finalidade de hoje em dia, os autores citam que desde os tempos antigos antes de Cristo criava-se áreas protegidas reservadas apenas para atividades de caça dos monarcas da época, desde o Oriente Médio até o Ocidente (Davenport e Rao, 2002).

Já na história contemporânea, o Parque Nacional de Yellowstone é considerado a primeira unidade de conservação criada no mundo, sendo legalmente instituído pelo Congresso dos Estados Unidos no ano de 1872, quando o então Presidente Ulysses Simpson Grant assinou a Lei de Proteção ao Parque Nacional de Yellowstone e assim, no dia 01 de março daquele mesmo ano nascia o primeiro Parque Nacional do Mundo (NPS, 2019, não p.).

No Brasil o primeiro Parque Nacional foi criado quase 70 anos após Yellowstone, o Parque Nacional do Itatiaia legalmente instituído em junho de 1937 pelo então presidente Getúlio Vargas.

Assim, conhecendo brevemente a história compreende-se que as UCs têm relevante importância para a preservação da vida no planeta, por isso a

preocupação em preservar estas áreas naturais. Quanto a esta cuidado, na legislação brasileira art. 225 do capítulo VI da Constituição Federal de 1988 está disposto sobre áreas protegidas e natureza, visto a importância do tema os constituintes asseveram que, cabe ao poder público e a população em geral, preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do país e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; Brasil (1988, não p.).

No que concerne a proteção mais efetiva destas áreas e também com o objetivo de criar uma legislação mais específica acerca do tema, no dia 18 de Julho do ano de 2000 foi sancionada a Lei 9985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e estabelece critérios para a criação, implantação e gerenciamento das UCs.

Dessa forma o SNUC define UC como sendo:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção; (BRASIL, 2000, não p.).

O Art. 6º determina os órgãos responsáveis por gerir o SNUC, sendo eles o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), tendo a incumbência de acompanhar a efetivação do Sistema; o Ministério do Meio Ambiente, responsável pela sua coordenação e os órgãos executores como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Brasil (2000, não p.).

O SNUC apresenta diferentes categorias de UCs divididas em dois grupos com características específicas. As Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável. As Unidades de Proteção Integral tem seu acesso e uso mais restrito, sendo definido dentro da própria Lei com o objetivo de preservar a natureza, estando permitido o uso indireto dos seus recursos naturais, já as Unidades de Uso Sustentável tem por objetivo conciliar a conservação das áreas naturais e o uso sustentável de uma parte dos seus recursos. Dessa forma, são elencados os diferentes tipos de UCs compreendidas por grupo, conforme especificado no quadro 1 e no quadro 2.

QUADRO 1– UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL

<b>Tipos de UC</b>	<b>Domínio</b>	<b>Uso Público Permitido</b>
Estação Ecológica	Posse do Poder Público;	Visitação com objetivo educacional e pesquisas científicas;
Reserva Biológica	Posse do Poder Público	Visitação proibida, exceto visitas com objetivo educacional e de acordo com seu regulamento;
Parque Nacional	Posse do Poder Público;	UCs são mais aberta a visitação tendo a possibilidade de desenvolver diversas atividades, seguindo o plano de manejo;
Monumento Natural	Seu território pode ser tanto do poder público quanto privado;	A visitação pública está sujeita às condições e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da Unidade;
Refúgio da Vida Silvestre	Pode ser tanto de posse pública quanto privada;	Visitação de acordo com plano de manejo;

FONTE: Brasil (2000).

O Quadro 1 resume a forma como o SNUC rege as diferentes categorias de Unidades de Proteção Integral, se o domínio é público ou privado bem como o modo de uso, este grupo tem seu uso e acesso mais restrito, todos os tipos de UCs apresentam particularidades em suas restrições sendo a maioria aberto apenas para a realização de pesquisa científica e visitas educacionais, ou conforme estiver detalhado em seus planos de manejo como é o caso das Estações Ecológicas e Reservas Biológicas, já os Parques Nacionais apresentam uma flexibilidade quanto a visitação, tendo mais opções de atividades para serem desenvolvidas e claro, sempre seguindo as orientações presentes no plano de manejo de cada unidade.

QUADRO 2– UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL

<b>Tipos de UC</b>	<b>Domínio</b>	<b>Uso Público Permitido</b>
Área de Proteção Ambiental;	É constituída por terras públicas ou privadas;	Visitação conforme estabelecido pelo órgão responsável (no caso de domínio público) e proprietários respeitando as restrições legais;
Área de Relevante Interesse Ecológico;	Constituída por terras públicas e/ou privadas;	Uso Conforme legislação;
Floresta Nacional;	Posse do poder Público;	Visitação permitida de acordo com o Plano de Manejo e permanência apenas de populações tradicionais já residentes antes do ato de criação;
Reserva Extrativista;	Constituída por terras públicas;	Visitação permitida desde que de acordo com os objetivos locais e de seguindo o Plano de Manejo;
Reserva de Fauna;	Território de domínio público;	Visitação permitida de acordo com Plano de Manejo;
Reserva de Desenvolvimento Sustentável;	Posse do Poder Público;	Visitação incentivada de acordo com Plano de Manejo;

Reserva Particular do Patrimônio Natural;	Área Privada	Visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais conforme regulamento;
---	--------------	--

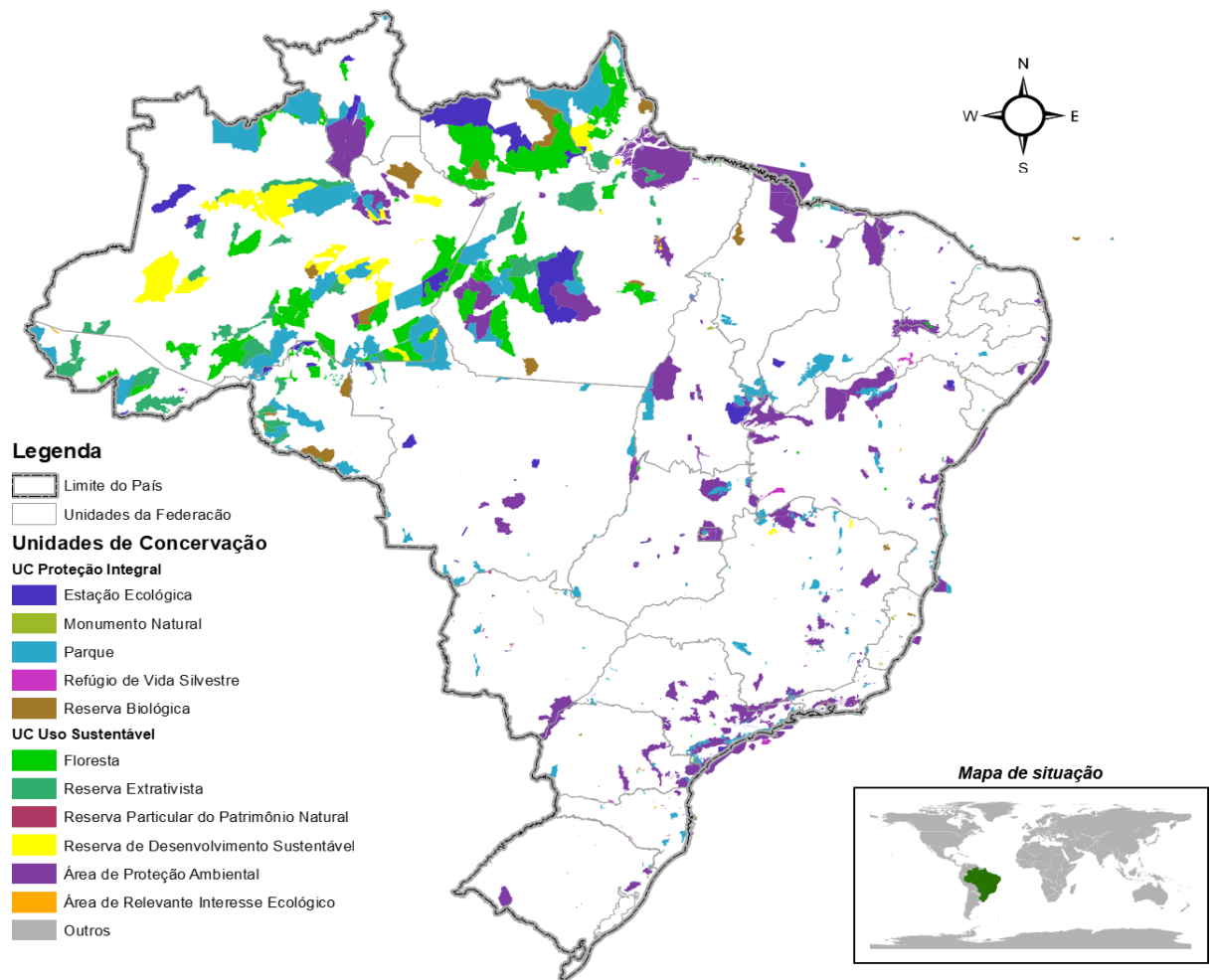
Fonte: Brasil (2000).

O Quadro 2 apresenta as UCs de uso sustentável especificando a forma como são regidos os seus domínios territoriais e como é feito o seu uso público, aqui percebe-se que uma das diferenças que mais chama atenção são as restrições quanto ao seu uso, neste grupo as restrições são quase mínimas em relação ao grupo anterior, nele existe a possibilidade de unir de forma mais efetiva a conservação da natureza e o uso da terra por populações tradicionais, permitindo a geração de renda através da extração dos recursos naturais presentes nas UCs assim como o uso para o turismo.

Compreendendo os diferentes grupos e os tipos de UCs busca-se apresentar informações acerca de como é feito este gerenciamento e também o número de UCs existentes no país, segundo o site do ICMBio, a autarquia administra 334 UCs federais, contabilizando as UCs gerenciadas pelo órgão, existem no país 1004 UCs federais, 964 UCs estaduais e 341 UCs municipais totalizando 2309 que somam um total de 2.499.567 Km<sup>2</sup> computando as sobreposições (quando uma UC está presente na mesma área de outra, muito comum no caso de APAs e outras UCs como Parques Nacionais), no entanto considera-se um número pequeno em consideração a dimensão do Brasil (Brasil, 2019a). O mapa abaixo mostra como estão dispostas as UCs federais no país destacando todos os tipos de UCs conforme cada grupo.



FIGURA 1– MAPA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL (2018)



FONTE: Brasil (2018a).

Entendendo o que é o SNUC e conhecendo as diversas formas de se empregar a proteção ambiental no Brasil aborda-se então o tipo de Área Protegida que é objeto deste estudo é detalhar o que são os Parques Nacionais e sua importância para a conservação e preservação da biodiversidade do Brasil e no mundo.

Os Parques Nacionais são a categoria de UC mais explorados turisticamente, segundo o site oficial do ICMBio a visitação em seus territórios têm se mostrado uma atividade consideravelmente lucrativa, no ano de 2017 foram gerados próximo de 80 mil empregos, com uma movimentação perto dos R\$ 2 bilhões gastos nos municípios limítrofes às UCs, o que gera R\$ 2,2 bilhões em renda, outros R\$ 3,1 bilhões em valor agregado ao Produto Interno Bruto (PIB) e mais R\$ 8,6 bilhões em vendas e para o ano de 2018 as UCs alcançaram a marca

de 12,4 milhões de visitantes, sendo quatro parques nacionais dentre as cinco UCs mais visitadas (Souza e Simões, 2017). Dessa forma o órgão calcula que para cada R\$ 1 investido em UCs outros R\$ 7 retornam para a economia brasileira. (Brasil, 2018b)

Estando os ParNas dentro do grupo de Unidades de Proteção Integral, o SNUC aponta que estes têm por objetivo básico

A preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. (BRASIL, 2000, não p.).

Este tipo de UC é de domínio público, e permite o uso público para atividades de lazer, prática de trilhas, contemplação, observação da fauna e flora, no entanto vale ressaltar que todas estas atividades devem ser desenvolvidas conforme critérios estabelecidos no Plano de Manejo de cada UC.

O plano de manejo pode ser considerado a carta magna de uma UC, nele devem estar previstos todos os tipos de atividades permitidas dentro da área em questão, o SNUC define o plano de manejo como sendo um documento técnico fundamentado nos objetivos gerais de uma UC onde é estabelecido o zoneamento e as normas da área bem como o manejo dos seus recursos e também dispõe sobre a implantação de estruturas necessárias para a gestão da unidade. Brasil (2000, não p.). É importante destacar que, de acordo com Brasil (2019b, não p.) “o plano de manejo deve ser elaborado em um prazo máximo de cinco anos. Toda UC deve ter um plano de manejo, que deve ser elaborado em função dos objetivos gerais pelos quais ela foi criada.” Assim percebe-se que o ParNa Guaricana ainda encontra-se dentro do prazo para a criação do seu plano de manejo.

Após compreender como são gerenciadas as UCs no Brasil percebe-se que sempre se faz necessário um planejamento, seja ele técnico ou não para o melhor gerenciamento do uso público que será desenvolvido em cada tipo de UCs.

No que concerne ao Uso Público em UCs pode-se destacar como sendo “as atividades educativas, de lazer, esportivas, recreativas, científicas e de interpretação ambiental, que propiciam ao visitante a oportunidade de conhecer, entender e valorizar os recursos naturais e culturais existentes” (Brasil, 2005, p. 3).

As atividades de uso público vem apresentando crescimento gradativo (conforme já foi citado acima), devido a grande diversidade de biomas presentes no país pode-se considerar que esta demanda deve crescer ainda mais, assim deve-se ter em mente que “o programa de uso público deve atender um variado leque de opções, observando-se as atividades realizadas individualmente, com o acompanhamento de guias ou por meio de operadores e agências de viagem” (Brasil, 2005, 31). O que pode-se perceber é que a visitação nos ParNas tem caído no gosto visitantes, segundo números publicados no site oficial no MTur os três parques mais visitados no Brasil foram: ParNa da Tijuca (RJ) com 2,6 milhões de turistas, o segundo lugar ficou com o ParNa do Iguaçu (PR) que atingiu a marca de 1,89 milhão já o terceiro lugar ficou para o ParNa de Jericoacoara (CE) que recebeu 1,09 milhão de pessoas (Brasil, 2019c).

Ainda no tocante ao uso público em UCs o que se percebe é um crescimento em investimentos na área, o Programa de Turismo nos Parques divulgado pelo Ministério do Meio Ambiente apresenta informações acerca de projetos para o desenvolvimento do turismo em 10 UCs em diferentes níveis de implementação do turismo, o programa destaca a priorização de investimentos nos parques nacionais: Aparados da Serra (RS/SC), Chapada dos Veadeiros (GO), Serra dos Órgãos (RJ), Serra da Capivara (PI), Jaú (AM) e Lençóis Maranhenses (MA) (classificados para investimentos prioritários) e outros 4 parques que apresentam atividade turística significativa que são Iguaçu (PR), Marinho de Fernando de Noronha (PE), Marinho dos Abrolhos (BA) e Tijuca (RJ), dentre os objetivos do programa destaca-se alguns como:

Implementar e qualificar a infraestrutura mínima e os serviços de apoio ao turismo nos Parques e em suas áreas de influências (municípios e região); Aumentar o número de visitantes nos Parques; Incentivar o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis; Elaborar estratégias para promoção do turismo dos Parques para os públicos interno e externo e Conhecer o perfil do visitante dos Parques e analisar a relação entre a dinâmica do turismo no País e sua repercussão nessas Unidades de Conservação (Brasil, 2019e, não p.).

Apresenta-se ainda um plano de concessão dos parques para viabilizar os investimentos previstos, nisto considera-se que para se atingir os resultados esperados alguns princípios básicos como “Generalidade – atender a todos os usuários, indistintamente; Permanência - constância na prestação de serviços;

Eficiência - prestação de serviços adequados (quantitativo e qualitativo);  
Modicidade - preços justos, ao alcance dos usuários” (Brasil, 2019e, não p.) devem ser seguidos.

Com isso entende-se que estas UCs já vem apresentando sucesso quanto ao desenvolvimento do e outras atividades, compreendendo um pouco as UCs e o uso público segue-se então para o próximo tópico que busca abordar o planejamento.

## 2.2 TURISMO E PLANEJAMENTO EM ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS

Conforme percebe-se no capítulo anterior o turismo tem se destacado cada vez mais como uma atividade de suma importância para o desenvolvimento econômico e social de diversos países e regiões, desde o final do século passado a atividade vem crescendo gradativamente. Quanto a representação da atividade na economia brasileira, dados publicados no site oficial do Ministério do Turismo apontam que

O turismo foi responsável pela injeção de US\$ 163 bilhões no Brasil em 2017, o equivalente a 7,9% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no ano. O valor absoluto é 7% maior que o obtido em 2016, US\$ 152,2 bilhões. Os dados fazem parte do estudo econômico elaborado pela Oxford Economic para o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), principal consultoria independente do setor no mundo. De acordo com a entidade, a contribuição do Turismo para o PIB nacional deve registrar crescimento de 2,5% em 2018 e chegar a 8,2% em 2028. (Brasil, 2018c, não p.)

Percebendo a importância desta atividade a Sociedade e Ecoturismo, (2003, p. 13) acrescenta que “o turismo é uma atividade que, se bem planejada e desenvolvida, pode trazer benefícios aos habitantes de uma região, como desenvolvimento econômico, geração de empregos, proteção ambiental, valorização da cultura local... entre outros”, no entanto sempre deve-se pensar na forma como será desenvolvido este planejamento, pois como lembra Fabricio (2015) o direcionamento incorreto das atividades turísticas podem acarretar danos irreversíveis para o meio ambiente, recursos naturais e comunidades receptoras.

Assim, sabendo da importância do planejamento e em especial na gestão de UCs Petrocchi, (2009, p.25) esclarece que “o planejamento é conceituado como o processo de identificação de objetivos e definição e avaliação de métodos para

atingi-los, devendo contemplar recursos, organizações, mercados e programas do turismo”.

Assim sendo, no que concerne à importância do planejamento no campo do turismo Dias, (2003, p. 36) destaca que

O planejamento é necessário, porque o território é um elemento básico do desenvolvimento turístico, pois abriga os recursos ambientais e culturais dos destinos turísticos, além de ser o espaço físico destinado à instalação da infraestrutura e dos equipamentos que atenderão ao fluxo de visitantes.

Dessa forma, para que o projeto possa ser desenvolvido de acordo com os princípios de preservação e visando a sustentabilidade da atividade turística dentro do parque o planejamento se torna indispensável. Procurando entender e praticar essa forma de pensamento Boo (1999) propõe a criação de uma estratégia para esse planejamento que contemple três fases específicas que são: avaliar a situação atual e potencial do turismo na unidade de conservação, feito isso é preciso determinar uma situação desejável do turismo e buscar formas de concretizá-la e por fim, deve ser desenvolvido uma estratégia para o desenvolvimento da atividade.

Assim sendo, Takahashi, (2004, p. 5) salienta que “quando bem planejado, o uso público permite o cumprimento dos objetivos componentes das justificativas de criação de muitas unidades de conservação” conforme confirma o próprio estudo do ICMBio o planejamento correto do uso público em áreas naturais não ajuda só no cumprimento das justificativas como também pode ser uma forma de tornar os parques mais independentes e com maior disponibilidade de recursos para sua preservação e monitoramento.

O planejamento responsável e correto nestas áreas também possibilita que a visitação em unidades de conservação seja realizada de forma mais ampla e universal pois como nos lembram Terborgh e Schaik (2002, p. 28) “Permitir que a extração de recursos ocorra nos parques vai de encontro aos reais conceitos sobre o que é um parque e para que ele serviria” assim, entende-se como “extração de recursos” não a retirada de itens destas áreas mas o seu uso como já vem sendo empregado em ParNas como o da Chapada dos Veadeiros, Iguaçu, Abrolhos, Lençóis Maranhenses, entre outros, que tem visitação em seu território.

Assim, defende-se que o turista possa usufruir das belezas naturais em geral presentes nestas unidades, e através desse tipo de atividade despertar nas

peessoas o sentimento e dever de que a preservação de áreas naturais se faz cada vez mais necessário para o bem-estar humano, tendo em vista que este tipo de atividade desperta uma “consciência ambiental e maior aceitação da conservação da natureza como um uso adequado da terra.” TAKAHASHI (2004, p. 7).

Dessa forma, percebendo que o Brasil possui uma grande variedade de atrativos naturais e que estes atrativos já vem sendo motivação de viagens pelo território nacional faz-se necessário apresentar definições para o tema.

Assim Silva (2013, p. 165) ressalta que o Turismo de Natureza

É constituído por qualquer tipo de turismo que consiste na visitação de territórios predominantemente naturais com objetivo de apreciar e fruir da natureza, ou na prática de atividades e experiências diretamente relacionadas com os recursos naturais.

O turismo na natureza ou turismo em áreas naturais apresenta algumas variantes quanto a sua abordagem e operacionalização. De acordo com Fabricio (2015) são cinco as modalidades de turismo em áreas naturais mais populares, sendo o Ecoturismo, Turismo de aventura, Turismo histórico – cultural, Turismo técnico - científico e Turismo rural.

Assim busca-se apresentar em um quadro as diferenças entre as diversas modalidades de turismo em áreas naturais tendo por base o que nos apresenta Fabricio (2015).

QUADRO 3– MODALIDADES DE TURISMO EM ÁREAS NATURAIS

Ecoturismo	Praticado em áreas naturais, onde oferece ao turista o contato direto com a natureza, visa a utilização sustentável dos recursos naturais e culturais sendo de baixo impacto no meio em que é desenvolvido;
Turismo de aventura	Voltado a turistas que buscam a prática de esportes em contato com a natureza, sendo necessário ainda o uso de normas de segurança para a sua prática;
Turismo histórico-cultural	Ligado a conservação das tradições da população receptora, apresentando manifestações folclóricas, gastronômicas, arquitetônicas e históricas da comunidade local;
Turismo técnico-científico	Ligado a prática de pesquisas este modelo abrange práticas como paleontologia, observação da fauna e flora para fins científicos, realização de estudos e pesquisas em geral;
Turismo rural	Constituem-se da oferta de serviços, equipamentos e produtos além de recreação em propriedades rurais;

FONTE: Adaptado de Fabricio (2015, p. 103-126).

Dentro da presente pesquisa, busca-se identificar os modelos de turismo com potencial para áreas naturais, e assim, através das visitas *in loco* identificar quais as atividades podem ser desenvolvidas dentro do ParNa Guaricana.

Para tanto busca-se apresentar uma breve conceituação de potencial atrativo, para tanto apresenta-se a definição de potencialidade segundo Ferreira (1986, p. 1374) que diz ser uma “qualidade em potencial” entendendo como sendo algo que pode-se alcançar, conforme coloca o autor “como possibilidade de realização ou probabilidade de realização ou aproveitamento”, após compreender o significado de potencial procurou-se referencial acerca do que é atrativo turístico, para tanto encontrou-se a definição apresentada por Ignarra (2003, p. 53) onde diz que “os atrativos estão relacionados com as motivações de viagens dos turistas e a avaliação que os mesmos fazem desses elementos...” O atrativo turístico possui, via de regra, maior valor quanto mais acentuado for seu caráter diferencial”, dessa forma, no que diz respeito aos potenciais atrativos do parque pode-se dizer que é um local com capacidade de atrair visitantes e assim motivar visitas (neste caso) no ParNa Guaricana.

### 2.2.1 Ecoturismo

O Brasil apresenta uma rica biodiversidade em seu território, tendo um vasto potencial para o desenvolvimento do ecoturismo, por isso considera-se que o objeto deste estudo pode ser considerado um grande atrativo, estando presente em uma área de Mata Atlântica possibilitando a prática desta atividade.

O ecoturismo é uma atividade que vem ganhando cada vez mais adeptos no Brasil e no mundo, e vem sendo discutido como uma alternativa para a conservação e conscientização ambiental. Dessa forma, relativo à sua conceituação, é difícil apresentar uma definição que seja capaz de englobar todo o seu universo e que seja aceita universalmente, assim, Rodrigues (2003, p. 31) conceitua Ecoturismo como

Atividade econômica, de baixo impacto ambiental, que se orienta para áreas de significativo valor natural e cultural, e que através das atividades recreacionais e educativas contribui para a conservação da biodiversidade e da sociodiversidade, resultando em benefícios para as comunidades receptoras.

Percebendo como o assunto vem crescendo nos últimos anos ressalta-se o destaque que o tema vem ganhando no âmbito nacional conforme declara o WWF

O ecoturismo é discutido e almejado em praticamente todo o país: da maior cidade (São Paulo) aos mais longínquos destino (como reservas indígenas e extrativistas). Está nos discursos e promessas políticas, nos meios de comunicação, na busca do empreendedor, nos projetos de alternativas econômicas mais sustentáveis e no imaginário dos turistas. O ecoturismo é hoje uma realidade dinâmica e composta por uma enorme diversidade de segmentos [...] deixando de ser “propriedade” de um reduzido grupo de cientistas, técnicos, empreendedores e instituições, sendo hoje parte da realidade de todo o país (Salvati, 2005, p.63 *apud* WWF, 2001).

Destaca-se também que dentre os diversos segmentos do turismo, para os mais variados públicos, tem ganhado destaque o ecoturismo como forma de auxiliar na conservação de áreas naturais, devido ao fato desta atividade proporcionar grande contato com a natureza e assim despertado um sentimento de preservar e “configura-se no momento como uma importante alternativa de desenvolvimento econômico sustentável, utilizando racionalmente os recursos naturais sem comprometer a sua capacidade de renovação e a sua conservação” (Instituto Eco Brasil, 2019, não p.), compreendendo este pensamento percebe-se certa valorização dos patrimônios consumidos neste segmento bem como o respeito pelas populações locais, seus costumes e sua cultura, assim pode-se considerar esta prática como sendo de baixo impacto tanto para a natureza quanto para as tradições das comunidades receptoras.

Além disso, dentro deste campo podem ser realizadas atividades como: observação da flora e fauna, observação de formações geológicas, mergulho livre, observação astronômica, visita a cavernas, safáris fotográficos, realização de trilhas e caminhadas (Brasil, 2010a). Atividades que poderão ser reconhecidas e implementadas após visitas que serão realizadas no parque.

Entretanto, para que a atividade possa ser desenvolvida com êxito entende-se que é necessário uma infraestrutura de apoio para o turismo, dessa forma Brasil (2010a, p. 57) ressalta que

Para viabilizar a visitação, o segmento necessita de uma rede de negócios locais (hospedagem, alimentação, condução etc.) reunidos para comercialização por meio de operadoras de receptivo e operadoras emissivas. Logo, a região deve dispor de meios de acesso em boas condições, serviços de infraestrutura básica (água, coleta de lixo), além dos serviços de hospedagem, transporte, alimentação e apoio ao turismo



como centros de informação, sinalização interpretativa e educativa, profissionais qualificados e outros.

Assim, dentre os motivos que levam a crer no sucesso do desenvolvimento desta atividade no ParNa Guaricana destaca-se a fala de Fabricio (2015, p. 104) onde diz que

O perfil do ecoturista é de reconhecer sua responsabilidade, obedecer a legislação local, se interessar em adquirir informações sobre o destino, preocupar-se com as condições da população local e demonstrar vontade de contribuir para a conservação do ecossistema visitado.

Também é importante lembrar que este segmento da atividade turística é capaz de ser viável economicamente, tendo-se iniciado no Brasil próximo da década de 1980, e vem apresentando crescimento gradativo ao longo do tempo, e hoje em dia é possível encontrar todo um sistema com infraestrutura baseado no ecoturismo (Neiman, 2005). Entretanto, para que a atividade seja viável a longo prazo faz-se necessário um estudo avançado sobre suas consequências, tanto positivas quanto negativas, assim salienta-se o uso do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) que consiste em uma avaliação de impactos que podem ser causados pela construção de instalações que causem danos ao meio ambiente (Brasil, 2010a), além da necessidade de se estudar esses danos também é importante conhecê-los, assim apresenta-se abaixo um quadro (segundo Ruschmann) com os impactos positivos e negativos que podem ser ocasionados pelo ecoturismo.

QUADRO 4– IMPACTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO ECOTURISMO

Impactos Positivos	Impactos Negativos
Criação de áreas, programas e entidades de proteção da fauna e da flora. Ex: Projeto Tamar— Tartarugas Marinhas.	Acúmulo de lixo nas margens dos caminhos e das trilhas, nas praias, montanhas, rios e lagos;
Valorização da natureza	Uso de sabonetes e de detergentes pelos turistas, contaminando a água;
Conscientização da população visando o respeito à fauna e flora	Contaminação das fontes e dos mananciais próximos dos alojamentos
	Poluição sonora e ambiental provocadas pelos motores de barcos e geradores de energia;
	Coleta e quebra de corais no mar e de estalactites e estalagmites das grutas e cavernas usadas como <i>souvenirs</i> ;
	Pinturas e rasuras as rochas ao ar livre, dentro e fora das cavernas e grutas;

FONTE: Adaptado de Ruschmann (2001).

Conforme pode-se perceber através da análise do quadro acima existe uma linha muito tênue entre o ecoturismo positivo que auxilia na conscientização e conservação ambiental e o turismo predatório com alto impacto, por isso faz-se tão necessário observar o desenvolvimento da atividade a longo prazo bem como o seu monitoramento contínuo, controlar a capacidade de carga da UC por meio do monitoramento de impactos é vital para que a atividade siga conforme o desejado pelo planejador, assim também cabe destacar que, para evitar os impactos descritos no quadro é importante realizar ações de conscientização com o visitante antes do mesmo adentrar no parque destacando que o bom comportamento do turista é vital para a manutenção das espécies presentes no local.

### 2.2.2 Turismo de Aventura

Na busca por informações sobre turismo de aventura, encontra-se diversas definições para o tema como a de Petrocchi (2009) que considera a atividade como sendo movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo. De fato compreende-se que a prática parte da idéia apresentada pelo autor, pois reconhece-se que, quando uma pessoa se propõe a fazer a trilha do Pico Paraná que é referência do montanhismo no estado ou a travessia Petrópolis-Teresópolis/RJ ela desafia a si mesma, uma competição interna buscando o autoconhecimento e o contato puro com a natureza, assim o turista vai buscando a si mesmo através desta prática através da recreação em meio a mata. Na busca por uma conceituação do turismo de aventura apresenta-se a opinião de Swarbrooke (2003, p. 26-27) onde diz que

O turismo de aventura implica atividades de viagem e lazer que são contratadas na esperança de produzirem uma experiência de aventura recompensadora. Essa experiência será de natureza intensa e envolverá uma série de emoções, dentre as quais o entusiasmo será a principal. Ela resultará em riscos e desafios intelectuais, espirituais, físicos ou emocionais. O “veículo” ou “produto” que abarca a experiência do turismo de aventura será forjado a partir dos constituintes básicos de uma experiência de turismo - contexto ambiental, atividades principais e transporte - e eles podem contribuir de forma parcial ou integral com o estímulo para a aventura.

Compreendendo o que é turismo de aventura segue-se para a especificação quanto a variedade de práticas desta modalidade que são divididas

em três grupos. O quadro abaixo detalha segundo o MTur onde este esporte pode ser desenvolvido e quais as atividades que são trabalhadas.

QUADRO 5– ATIVIDADES DO TURISMO DE AVENTURA

Atividades na terra	Atividades na água	Atividades no ar
Arvorismo	Boia cross	Balonismo
Bungee jump	Canoagem	
Cachoeirismo	Duck	
Canionismo	Flutuação	
Caminhada	Kitesurf	
Caminhada (sem pernoite)	Rafting	
Caminhada de longo curso	Windsurfe	
Cavalgadas	Mergulho Autônomo turístico	
Cicloturismo		
Escalada		
Espeleoturismo		
Espeleoturismo vertical		
Tirolesa		
Montanhismo		
Atividades em 4x4 ou bugues		

FONTE: Adaptado de Brasil (2010b, p.18-20).

O quadro acima apresenta a diversidade de práticas englobadas pelo turismo de aventura mostrando as várias possibilidades para serem implantadas no ParNa Guaricana.

Sendo o turismo de aventura uma atividade que envolve riscos a regulamentação da atividade se faz necessária, sendo essencial para o seu bom desenvolvimento, assim existem normas para os diversos segmentos. Assim Abreu e Timo, 2005 acrescentam que

As atividades de normalização e certificação são organizadas em sistemas formais reconhecidos pelos países – além de serem uma das bases fundamentais do comércio entre as nações. No setor de serviços, essa tendência da normalização e certificação é pioneira e inovadora, sendo a indústria turística uma das que vem aplicando essas ferramentas com maior ênfase. Abreu *et al*, (2005, p. 43-44)

A prática do turismo de aventura implica em uma diversidade de fatores, desde a segurança dos equipamentos a intempéries climáticas e é justamente por estas questões que as normas e diretrizes se fazem necessárias para tentar ao máximo, evitar acidentes que envolvam pessoas na prática destas atividades.

No campo de turismo de aventura encontram-se publicadas 30 normas que dizem respeito a esta atividade, (para conhecer as normas consultar apêndice) cada norma conta com uma breve descrição de acordo com informações presentes na cartilha de turismo de aventura publicada pelo MTur.

Ao analisar o quadro do apêndice 1 percebe-se a complexidade por trás desta atividade, também destaca-se a importância que estas normas têm para que a prática desta modalidade seja desenvolvida com sucesso levando o turista a desfrutar da atividade com conforto e segurança. Aqui evidencia-se que não foi possível trazer mais informações acerca das normas publicadas pela ABNT pelo fato das mesmas terem custo, assim o que se pretende de forma geral é situar o leitor quanto a presença da normalização das atividades para o turismo de aventura.

Neste ponto busca-se apresentar de forma sucinta informações quanto aos riscos presentes na prática do turismo de aventura, dessa forma utiliza-se de informações extraídas da obra de Swarbrooke (2003) o autor cita que nesta prática dois tipos de riscos podem ser vivenciados, que podem ser positivos onde o turista pode ter certo controle, considerado mais como desafio do que perigo e o risco negativo onde não se tem controle e considera-se então como perigo, pode-se supor que muitas vezes o que o turista procura de fato é a vivência destes riscos como forma de “escape” da monotonia do dia-a-dia.

No que concerne aos danos produzidos pela atividade, Brasil (2010b, p. 58) cita alguns exemplos de impactos positivos e negativos como

QUADRO 6- IMPACTOS DO TURISMO DE AVENTURA

Impactos Positivos	Impactos Negativos
Aumento da consciência e da percepção, tanto das comunidades locais quanto dos visitantes para a importância da conservação e proteção dos recursos naturais;	Poluição gerada pelo turismo;
Aumentos dos investimentos públicos e privados para a conservação e proteção dos recursos naturais;	Degradação da paisagem;
Geração de postos de trabalho e alternativas de renda	Alteração no comportamento da fauna pelo excesso de visitantes ou falta de conduta consciente dos mesmos;
	Inserção de maus hábitos na comunidade pelos turistas como, por exemplo, o consumo de drogas

FONTE: Brasil(2010b)

Dessa forma ressalta-se que deve sempre ser realizado o monitoramento dos impactos, principalmente por se tratar de uma UC, este monitoramento auxilia para avaliar se a atividade tem sido mais positiva ou negativa no local.

Outro ponto importante de se destacar são os números da atividade no país, haja vista que o Brasil vem se tornando referência no ramo. Segundo dados apresentados pelo SEBRAE para o ano de 2015, por ano são atendidos cerca de 5.382.468 clientes, gerando um faturamento de R\$ 515.875.659 para o mercado que contrata na alta temporada em média 22.489 colaboradores, o documento ainda cita que existem 3.000 empresas que prestam os mais variados serviços referentes a atividade, ainda destaca-se o fato de ser a segunda maior motivação do turista que viaja a lazer (Pires Junior, 2019, não p.).

Assim sendo, a prática de turismo de aventura pode ser considerada um fator influenciador de viagens, sendo um segmento que vem crescendo a cada dia e assim criando uma demanda para este mercado, e para que a atividade possa ser viável e produtiva é fundamental um planejamento que seja gerido de forma responsável em constante avaliação e acompanhamento.

### 2.2.3 Turismo Histórico-cultural

Identificou-se a possibilidade de se trabalhar com o turismo cultural devido à presença da aldeia Tupã Nhe'é Kretã dentro dos limites do parque, assim, mesmo que a aldeia não entre no projeto em um primeiro momento compreende-se que é importante registrar o potencial da mesma para o desenvolvimento da atividade, então busca-se realizar uma breve conceituação acerca do tema para que futuramente se acrescente a aldeia aos planos do projeto de uso público.

Esta área pode abranger uma variedade de possibilidades e assuntos diversos conforme apresenta Swarbrooke (2000, p.36) “o turismo cultural pode englobar atrações históricas, festivais e eventos especiais, indústria e comércio, locais religiosos, linguagem, diferenças de linguagem, arquitetura, atividades de esporte e lazer, artes, gastronomia, cultura popular moderna...”

No referente à conceituação do tema, Paraná, (2000, p. 5) categoriza o turismo histórico-cultural como sendo

Conjunto de atividades turísticas que se desenvolve em função do patrimônio histórico-cultural e que permitem seus usos e costumes, tanto atuais como de seus antepassados

Principais atividades:

- Manifestações populares (cavalhada, fandango, folia de reis, tropeada, outras).
- Visitas a sítios históricos;
- Visitas a sítios arqueológicos.

Com isso percebe-se o quão amplo pode ser o tema, e também deve-se ter em mente que o turismo cultural não é exclusivo de áreas naturais, tendo grande desenvolvimento nos meios urbanos, com presença de patrimônios históricos com diferentes níveis de tombamento além de museus, setores gastronômicos, galerias, teatros, feiras étnicas, rituais religiosos, atos cívicos, etc. (Brasil, 2010c)

No tocante aos diferentes segmentos do turismo histórico-cultural que apresentam maior potencial, o MTur apresenta algumas caracterizações que são especificadas no quadro a seguir.

QUADRO 7– SEGMENTOS DO TURISMO HISTÓRICO-CULTURAL

Segmento	Descrição
Turismo Cívico	Ocorre em função de deslocamentos motivados pelo conhecimento de monumentos, acompanhar ou rememorar fatos, observar ou participar em eventos cívicos, que representem a situação presente ou da memória política e histórica de determinados locais;
Turismo Religioso	Configura-se pelas atividades turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados às religiões institucionalizadas, independentemente da origem étnica ou do credo.
Turismo Místico e Esotérico	Caracterizam-se pelas atividades turísticas decorrentes da busca da espiritualidade e do autoconhecimento em práticas, crenças e rituais considerados alternativos.
Turismo Étnico	Constitui-se de atividades turísticas envolvendo a vivência de experiências autênticas e o contato direto com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos.
Turismo Cinematográfico	Caracteriza-se pelos deslocamentos motivados para a visita a locais ou atrações que tiveram aparição no cinema ou na TV, dentro do contexto da produção audiovisual em que está inserido, sendo considerado um tipo de turismo específico do segmento cultural. Os turistas que viajam para as paisagens que servem de pano de fundo de filmes são chamados de set-jetters. O cinema, portanto, funciona como reforço de símbolos que podem influenciar a escolha de destinos de turistas.
Turismo Arqueológico	Pode ser entendido a partir da associação da Arqueologia e o Turismo. Surgiu, de forma organizada e planejada, como uma alternativa para a difusão do conhecimento relacionado às pesquisas e aos achados arqueológicos, assim como a própria Arqueologia em si. Esse trabalho torna-se como um elemento essencial para o resgate e o conhecimento da cultura humana, bem como para o entendimento do ser humano e de seu processo evolutivo. Neste sentido, o turismo arqueológico torna-se uma importante ferramenta para a disseminação do conhecimento acerca dos elementos de cunho histórico-cultural dos quais a Arqueologia faz parte.

Turismo Gastronômico	Surge como um segmento turístico emergente capaz de posicionar destinos no mercado turístico, quando utilizado como elemento para a vivência da experiência da cultura local pelo turista por meio da culinária típica
Enoturismo	O enoturismo pressupõe o contato direto do turista com os processos produtivos, o conhecimento e a prova dos vinhos das regiões visitadas, passeios e percursos que envolvem o patrimônio paisagístico e arquitetônico relacionados à cultura da vinha e à produção do vinho. E são essas as características e os aspectos que colocam o turismo como uma atividade associada fundamental, não pelos recursos financeiros que ela mobiliza diretamente, mas por sua capacidade como instrumento promocional das regiões nas quais suas atividades se inserem
Turismo Ferroviário	Os serviços de trens turísticos e culturais caracterizam-se pelo transporte não regular de passageiros, com o objetivo de agregar valor aos destinos turísticos, contribuindo para a preservação da memória ferroviária, configurando-se em atrativos culturais e produtos turísticos das cidades, auxiliando-as na diversificação da oferta

FONTE: Brasil (2010c, P. 18-31).

Constatando as diferentes categorias presentes neste campo do turismo, pode-se perceber que a aldeia se enquadra no turismo étnico tendo como foco a cultura e tradição Guarani/Kaingang, sendo possível ao visitante conhecer mais da arte, gastronomia, espiritualidade e modo de vida desse povo.

Conclui-se então compreendendo o grande potencial deste segmento, haja vista que, desde o início da humanidade vem se deixando rastros da evolução humana, e assim formando uma demanda específica que se desloca para conhecer mais da história da humanidade, ressaltando que as atividades desenvolvidas acerca deste tema devem sempre prezar pela valorização da singularidade local, com o tema se fazendo presente nas etapas do planejamento, visando o envolvimento do turista com o cotidiano do local visitado, tendo estes fatores presentes esta modalidade de turismo pode ter grande sucesso.

#### 2.2.4 Turismo Técnico-científico

O turismo técnico-científico pode ser considerado com potencial pelo fato de as pesquisas estarem contempladas no artigo 11 do SNUC onde apresenta a possibilidade de se realizar este tipo de atividade, logo, pesquisadores de outros lugares podem vir para o parque caracterizando turismo, dessa forma, Paraná (2000) caracteriza o turismo técnico-científico como um “conjunto de atividades que atraindo grupos específicos de turistas que buscam o intercâmbio *in loco* de informações científicas e técnicas”. Assim o ParNa Guaricana poderá apresentar potencial neste tipo de modalidade, e a presente pesquisa busca verificar esta potencialidade, vale ressaltar que em entrevista com o funcionário do ICMBio para

realizar pesquisas em UCs gerenciadas pelo órgão os pesquisadores devem realizar a solicitação através do Sistema de Autorização e Informação da Biodiversidade (SISBIO) que é um sistema que gerencia as autorizações para pesquisa nas UCs Federais .

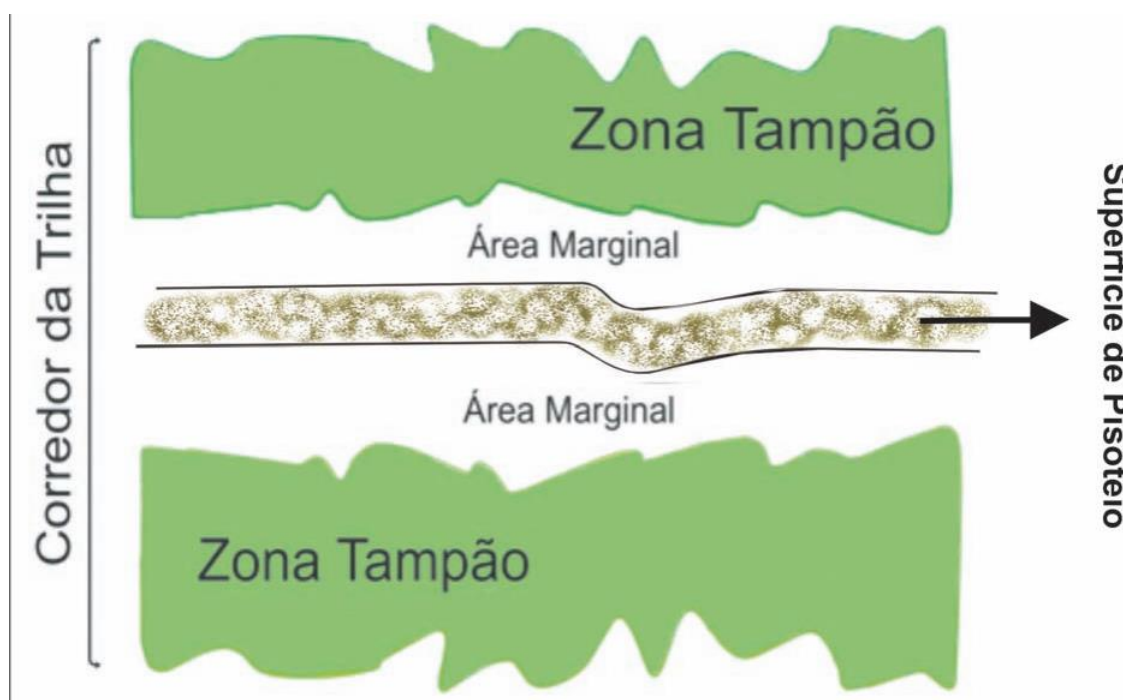
## 2.3 TRILHAS DE INTERPRETAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

### 2.3.1 Trilhas

Sendo o foco do projeto uma trilha busca-se apresentar mais informações sobre o assunto, assim, seguindo o documento MANEJO DE TRILHAS: UM MANUAL PARA GESTORES identificou-se que a trilha ideal para interpretação tem até 2500 m e conforme destacam os autores “Trilhas de curta distância apresentam caráter recreativo e educativo com programação desenvolvida para interpretação do ambiente natural.” Dentre as diversas formas que as trilhas podem ter destacam-se a **trilha circular** que permite a realização do trajeto sem retornar pelo mesmo caminho, **trilha em oito** que permite uma maior utilização do espaço, **trilha linear** tendo por objetivo ligar um ponto a outro e o **atalho** que em geral serve para cortar caminho. Quanto aos graus de dificuldade o manual apresenta três classificações: fácil, moderada e extenuante. Deve-se considerar que uma trilha ideal deve ter 2,10 m de altura com zona marginal de 50 cm na área marginal e 80 cm da superfície de pisoteio além de uma zona tampão, conforme imagem a seguir.



FIGURA 2- ANATOMIA DA TRILHA



FONTE: Andrade e Rocha (2008)

Conforme pode-se perceber acima a trilha divide-se em três partes, a superfície de pisoteio é o caminho onde o visitante deve permanecer, a área marginal é um espaço de amortecimento antes da floresta densa que é a zona tampão. Os autores ainda destacam que uma trilha bem planejada deve seguir etapas que possam auxiliar o traçado da mesma, para detalhar estas etapas apresenta-se um quadro com as etapas e uma breve descrição do que cada passo deve seguir.

QUADRO 8 - ETAPAS PARA CONSTRUÇÃO DE TRILHAS

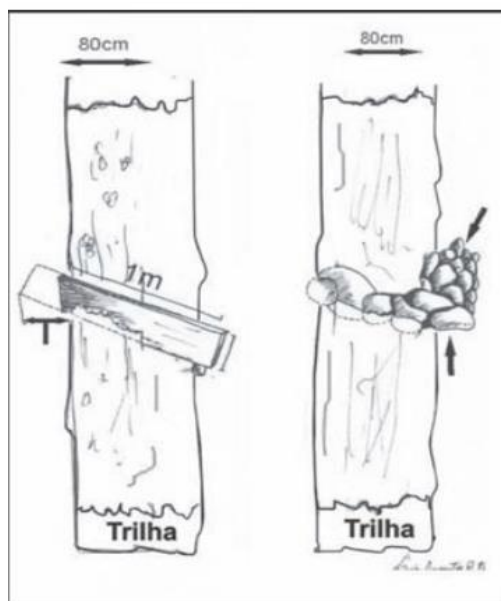
Etapa 1. Levantamento e Mapeamento	O mapeamento permite diversidade de oferta de trilhas com possibilidade de realizar atividades diferentes sem que haja sobrecarga do ambiente ou conflitos entre visitantes devido aos objetivos de uso diversos.
Etapa 2. Considerações Ambientais no Planejamento de Trilhas	O planejamento de uma trilha deve levar em consideração diversos fatores, ambientais e sociais. Dentre os ambientais destacam-se, basicamente, o solo, a vegetação, a fauna e os recursos hídricos.
Etapa 3. Impactos Decorrentes da Implantação e Utilização de Trilhas	Impactos são mudanças, que ocorrem em toda atividade realizada numa unidade de conservação. Podem ser positivos ou negativos e acontecer em maior ou menor escala.

Adaptado de Andrade e Rocha (2008)

As etapas descritas no quadro acima devem ser observadas para que a trilha possa ser planejada da melhor forma possível, ressalta-se que o projeto deve ser desenvolvido conforme destacado acima.

Ainda tratando da construção de uma trilha deve-se idealizar o traçado da mesma onde devem ser apontados os atrativos pelos quais o caminho vai passar além do clareamento do espaço por onde o visitante irá caminhar, este que é uma etapa importante do processo de criação do caminho tendo de ser realizada a desobstrução da trilha, após o clareamento do trajeto deve-se observar o calçamento do espaço a ser percorrido tendo de se verificar a necessidade de instalação de degraus além da regularização do piso tornando a trilha mais fácil de ser percorrida, essa regularização pode ser realizada de forma natural com a chamada serrapilheira que são materiais da própria floresta ou com materiais sintéticos como cascalhos e até concreto. Após trabalhar na regularização do trajeto deve-se identificar os pontos de alagamentos e realizar o ordenamento da drenagem que consiste na instalação de canais para que a trilha não alague conforme ressaltam Andrade e Rocha, (2008) “Podem-se construir canais laterais de escoamento, canais que cruzam perpendicularmente ou diagonalmente a trilha (tanto em nível, quanto por baixo da mesma) e valas ou barreiras oblíquas à superfície da trilha, para facilitar o escoamento da água” conforme figura abaixo.

FIGURA 3 - ORIENTAÇÃO DE DRENAGEM



FONTE: Andrade e Rocha (2008)

Outro ponto importante é a travessia de áreas alagadas que podem ocorrer na trilha, a situação pode ser regularizada com a implantação de fatias de troncos, passarelas e/ou estivas de pedras, aqui destaca-se que no caso de uma trilha mais inclusiva este ponto deve ser resolvido com a implantação de passarelas que tornam a atividade disponível para todos os públicos em especial aqueles com alguma dificuldade de locomoção.

Com a implantação da infraestrutura necessária devidamente instalada deve-se pensar na sinalização da trilha, para abordar este ponto utiliza-se das informações apresentadas no Manual de Sinalização de Trilhas do ICMBio, o documento apresenta sete tipos destacando a de entrada, onde prevê que as extremidades da trilha e outros pontos que permitam acesso de pessoas devem estar equipados com placas informativas, de preferência escrita em dois idiomas conforme é destacado no documento que

Seu objetivo é informar aos usuários, de forma clara, as características mais importantes da trilha como sua distância, duração, nível de exigência física, atrativos ao longo do percurso e explicações sobre a sinalização adotada, além informações regulatórias e de segurança para os usuários, como uma lista de contatos de emergência (Samu, Bombeiros, Polícia, administração da unidade etc) BRASIL (2018).

Destaca-se a sinalização de entrada porque ela é a primeira a ser percebida pelo visitante, entretanto outros modelos devem ser utilizados em uma trilha e estes são apresentados no quadro a seguir

QUADRO 9 - TIPOS DE SINALIZAÇÃO

Sinalização de percurso	Esta é a classe de sinalização que auxilia e proporciona confiança ao visitante para que se mantenha no percurso escolhido. A sinalização de percurso forma, juntamente com a placa base da trilha, o conjunto mínimo e essencial de sinalização de uma trilha.
Sinalização de destino	Um destino é um ponto notável ao longo da trilha, que pode ser um atrativo, um equipamento de apoio aos visitantes ou uma feição topográfica que seja de passagem desejável ou obrigatória pelo visitante na trilha, como um mirante, uma cachoeira ou uma ponte, por exemplo.
Sinalização de distância percorrida	Esta sinalização indica as distâncias entre o ponto sinalizado e um ou mais destinos ao longo do percurso da trilha.
Sinalização educativa/regulatória	Essa classe de sinalização busca estimular no visitante um determinado comportamento ou atitude, informando um perigo, induzindo uma conduta ou estabelecendo a proibição de certas ações.
Sinalização	Trata-se de uma classe de sinalização que tem como objetivo apresentar

interpretativa	aspectos culturais ou naturais da unidade de conservação aos visitantes, podendo ser utilizada em atividades com condução obrigatória ou facultativa.
Sinalização emergencial	A sinalização emergencial é uma ação da gestão da unidade de conservação em resposta a um fato não previsto que interfira no manejo da trilha ou que tenha consequências para a segurança dos visitantes.

FONTE: Brasil (2018)

Compreendendo os diversos tipos de sinalização deve-se pensar em uma logomarca que destaque a identidade da trilha e estará sempre presente no percurso, aqui é importante ter em mente a simbologia da trilha que nada mais é que a identidade do trajeto.

A sinalização deve ser pensada de acordo com o que se deseja com trilha podendo variar de pouco ou intensamente sinalizada, como exemplo pode-se citar uma trilha bem informativa que é o caso das trilhas Interpretativas que pode apresentar uma variedade de materiais de sinalização “contendo, por exemplo, desenhos e/ou fotografias da fauna e flora local, mapas, infográficos e croquis de sítios arqueológicos, dentre outros conteúdos possíveis” Brasil, (2018). Para melhor compreensão o capítulo a seguir vai abordar como deve ser uma trilha voltada para a interpretação.

### 2.3.2 Educação e Interpretação Ambiental

A educação ambiental vem se tornando um tema cada vez mais pertinente em nossa sociedade e a preocupação sobre o tema já vem sendo discutido desde a criação da Constituição Federal de 1988 onde no capítulo VI, art 255 diz que "Cabe ao Poder Público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente" Brasil (1988). Assim este projeto procura através do turismo em UCs despertar a consciência ambiental por meio da educação e interpretação assim conforme destacam Magro e Freixêdas (1998)

Cabe ao planejador de trilhas interpretativas despertar a curiosidade do visitante sobre os recursos existentes em áreas naturais, devendo ter uma preocupação constante em aumentar a qualidade da experiência da visita.

Assim a Educação Ambiental surge como meio de cativar novas formas de atitude quanto ao meio ambiente nos indivíduos e na sociedade como um todo. Vale ressaltar que a educação ambiental muitas vezes pode ser desenvolvida através do turismo em UCs e da interpretação ambiental como forma de se despertar na sociedade o interesse pelo tema, assim, tornando-se uma forma diferente de educação ambiental por se apresentar “pessoalmente” ao indivíduo, ou seja, ela fala diretamente com o visitante que está realizando uma trilha interpretativa, por exemplo.

Brasil (2006) destaca que a interpretação é “uma maneira de representar a linguagem da natureza, os processos naturais, a inter-relação entre o homem e a natureza, de maneira que os visitantes possam compreender e valorizar o ambiente e a cultura local.” No que concerne a importância do assunto destaca-se que esta pode ser uma ferramenta eficaz no manejo de uma UC auxiliando na redução de impactos inconvenientes e potencializando ações positivas das mais variadas formas como retorno econômico com o turismo e com a sensibilização social quanto a importância dos parques para a sociedade.

No que diz respeito à elaboração da interpretação ambiental Tilden (1977) *apud* Rezende (2014) destaca seis princípios para concepção da Interpretação Ambiental que são

- (1) o objetivo principal não é o ensino, mas sim a sensibilização, estimulando o interesse e curiosidade do visitante;
- (2) o cotidiano deve ser correlacionado com a experiência vivida do visitante;
- (3) a interpretação deve apresentar os fatos na sua totalidade, evitando a fragmentação, assim como provocar a reflexão e o pensamento crítico do visitante;
- (4) a abordagem e o planejamento das atividades devem ser diferenciados de acordo com a faixa etária;
- (5) a IA é uma arte que se combina com várias outras, dessa forma se apropria de diversos materiais para o aprendizado, podendo ser científicos, históricos ou arquitetônicos;
- (6) a interpretação deve ser trabalhada de forma holística e integrada ressaltando as inter-relações e os elementos do ambiente.

A partir do que nos apresenta Tilden pode-se compreender que a IA deve ser pensada de forma a aguçar o pensamento crítico do visitante podendo abordar temas como o colapso ambiental que a sociedade está presenciando através da extinção em massa e assim fomentar a preocupação ecológica de jovens e crianças para que estes tornem-se adultos mais conscientes.

Segundo o material proposto pelo ICMBio (2018) a IA deve ser pensada baseando-se em três pilares que são: o conhecimento dos recursos que serão

interpretados, conhecer o público alvo da IA e por fim os meios apropriados para tornar possível o desenvolvimento da atividade, somente com a junção destes três pontos é que pode existir a oportunidade interpretativa que nada mais é do que a condição primordial para ser possível vivenciar este conhecimento, a seguir revela-se um quadro com detalhes do que se trata cada um dos três pontos discutidos.

QUADRO 10 - PILARES DA OPORTUNIDADE INTERPRETATIVA

Conhecimento do Recurso	Todos os lugares possuem recursos, que podem ser atributos naturais, históricos, culturais e/ou sociais, que são aptos a serem interpretados. Entretanto, qualquer que seja sua natureza, eles precisam ser bem conhecidos, tanto por aqueles que irão planejar o produto ou serviço interpretativo, como pelos intérpretes. Não se pode desenvolver a interpretação se não houver a definição clara do que deve ser interpretado. Esses recursos podem ser um lugar propriamente dito, pessoas, objetos, histórias, lendas, entre outros, com atributos tangíveis (características físicas) e intangíveis (significados).
Identificação do Perfil do Público	Conhecer seu público é a forma mais eficiente de tomar um recurso relevante e criar conexões emocionais. Para isso é importante entender seus interesses, expectativas, motivações, conhecimentos, experiências e contexto social.
Utilização dos Meios Adequados	Para a escolha dos meios, deve-se considerar as suas vantagens e desvantagens, tendo em vista o perfil de público, as características do local, os recursos financeiros disponíveis, a capacidade local para a manutenção e o impacto que pode trazer para atingir os objetivos da interpretação.

FONTE: Adaptado de Brasil (2018)

A partir das informações destacadas no quadro acima pode-se compreender que para a interpretação ser realizada com sucesso deve-se conhecer os atributos locais e utilizá-los na trilha em questão de forma a despertar o interesse do visitante, a identificação do público pode ser pensada como uma análise de mercado e assim entender quais meios serão utilizados. É preciso ter em mente que muitas vezes uma criança tem interesse em questões diferentes de um adulto por isso a necessidade de conhecer o perfil dos visitantes, por fim a utilização dos meios adequados ocorre de duas formas: pessoal e não pessoal, a forma pessoal ocorre quando existe a interação direta entre intérprete e público, podendo este adaptar sua atividade de acordo com o público, já a não pessoal ocorre sem a interação entre pessoas, ocorre quando a interpretação utiliza-se de meios impessoais como folhetos, placas, maquetes entre outros.

A partir das informações apresentadas pode-se compreender que a interpretação deve estar ligada ao dia-a-dia do visitante, devem ter conexão com o

seu cotidiano para assim ter um efeito mais promissor , o sucesso de um projeto de educação e interpretação ambiental está intimamente ligado ao acompanhamento do processo onde deve ser realizado avaliações com certa periodicidade percebendo o que precisa ser aprimorado e o que tem dado resultado para que através desse acompanhamento seja possível realizar um manejo adaptativo fortalecendo os programas de acordo com suas necessidades.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para que seja possível atingir os objetivos traçados neste estudo ressalta-se o tipo de pesquisa e as técnicas que foram utilizadas, a coleta de dados e a tabulação dos mesmos.

#### **3.1 TIPO DE PESQUISA**

A presente pesquisa tem caráter Exploratória/Descritiva, exploratória porque a pesquisa tem o interesse de aprofundar o conhecimento acerca do ParNa Guaricana permitindo assim o levantamento bibliográfico relacionado ao parque além da familiaridade com o objeto de estudo. Tem caráter descritiva pois visa descrever, através de um diagnóstico, os possíveis potenciais turísticos presentes no parque. Alves (2003).

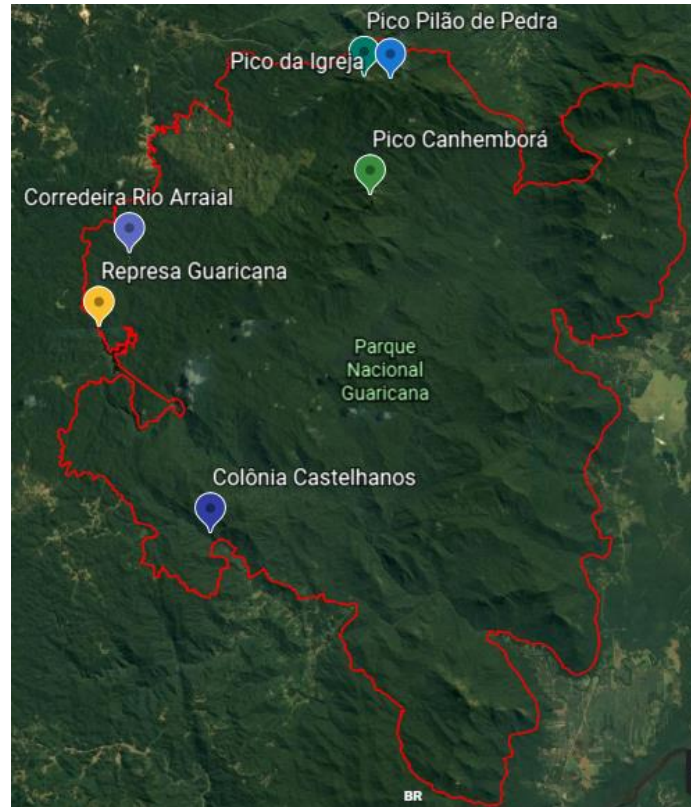
#### **3.2 TÉCNICAS DE PESQUISA**

No que diz respeito às técnicas de pesquisa utilizadas para desenvolver este estudo ressalta-se o uso de pesquisa documental com consultas a materiais oficiais, pesquisa bibliográfica (pesquisa de gabinete) e pesquisa de campo para verificação *in loco* dos potenciais atrativos.

A área de pesquisa foi definida junto ao gestor do parque e foi realizada em sua porção norte que compreende os municípios de São José dos Pinhais e Morretes, assim os locais definidos para a realização da pesquisa são: Pico da Igreja, Rio Arraial, Represa Guaricana, Pico Pilão de Pedra, Pico Canhemborá e Colônia Castelhanos. Também existe dentro dos limites do ParNa uma comunidade indígena da etnia Guarani/Kaingang, porém, optou-se por deixar esta comunidade

para uma próxima etapa do desenvolvimento do uso público na UC, a figura abaixo apresenta o corte da pesquisa.

FIGURA 4— MAPA PARQUE NACIONAL GUARICANA E PONTOS DA PESQUISA



FONTE: Própria (2019)

Esta delimitação se fez necessária devido algumas áreas do parque serem de difícil acesso, assim sendo, buscou-se em um primeiro momento desenvolver a pesquisa nas áreas mais próximas do principal centro urbano que é Curitiba, bem como pelo fato de se ter a possibilidade de acessar os pontos de interesse por vias melhores estruturadas, contribuindo assim para o bom desenvolvimento da aplicação dos instrumentos de pesquisa.

### 3.3 COLETA DE DADOS:

Neste momento busca-se entender como está a situação do parque ou conforme diz Dencker (2007, p. 165) “A coleta de dados é a fase do método que tem por objetivo obter informações sobre a realidade.” Informações estas que foram alcançadas conforme explicado a seguir.



A coleta de dados foi realizada por meio de consulta a documentação indireta com análise de informações coletadas em livros, revistas, artigos, sites e demais documentos que tratem do tema e também utilizou-se consulta a documentação direta através de visita a campo para observação do local e a realização do inventário da oferta turística utilizando a metodologia de inventariação proposta pelo MTur, através de formulários (ver anexo A) previamente desenvolvidos, estes permitem realizar um levantamento mais detalhado dos atrativos naturais existentes com a finalidade de retratar atributos, equipamentos e demais características do destino de turismo. De acordo com o MTur a inventariação compõe-se pelo “levantamento, identificação e registro dos atrativos turísticos, dos serviços e equipamentos turísticos e da infraestrutura de apoio ao turismo como instrumento base de informações para fins de planejamento e gestão da atividade turística” (Brasil, 2006, p. 8).

### 3.3.1 Construção do instrumento de coleta dos dados

Referente aos instrumentos utilizados para a coleta dos dados optou-se por seguir o documento técnico formulado pelo MTur para inventariação da oferta turística. Os formulários estão organizadas em três categorias que são:

CATEGORIA A – INFRAESTRUTURA DE APOIO AO TURISMO, (transporte, saúde, educação, comunicação e segurança)

CATEGORIA B – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS (meios de hospedagem, alimentação, diversão, agenciamento)

CATEGORIA C – ATRATIVOS TURÍSTICOS (elementos naturais, culturais, e sociais);

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi utilizado o formulário A (ver anexo A) de categoria C1 – atrativos naturais - C.1.5 Unidades de Conservação e similares, para o levantamento geral de informações sobre o parque;

Primeiramente fez-se uma pesquisa de gabinete para obter informações gerais sobre o ParNa também realizou-se pesquisa de campo para complementar as informações e para conhecer alguns locais do parque, além de uma entrevista com um analista ambiental do ICMBio, para obtenção de mais informações sobre a área.

### 3.3.2 Tabulação e interpretação dos dados

Com os dados obtidos por meio da inventariação foi realizado a tabulação destas informações empregando a plataforma “*google docs*” para organizar os dados coletados e assim apresentá-los de forma mais compreensível. Também apresenta-se os dados do formulário em forma de quadros, com a plataforma *online* “*planilhas google*” que foi operada na realização do diagnóstico para o qual empregou-se como ferramenta a análise SWOT que é aplicada para identificar os pontos fortes e fracos, bem como as oportunidades e ameaças em um determinado local ou de forma mais ampla, um cenário, permitindo a construção de um plano para melhorar os itens acima citados, a sigla deriva do inglês e pode ser traduzido de forma literal como: Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats). Petrocchi, (2009) e assim realizar uma análise mais próxima da situação atual do ParNa Guaricana.

O quadro a seguir apresenta a análise SWOT.

QUADRO 11– MODELO DE ANÁLISE SWOT

	Aspectos favoráveis ao destino (+)	Aspectos desfavoráveis ao destino (-)
<b>Análise interna</b> (variáveis controláveis do destino)	<b>Pontos Fortes</b>	<b>Pontos Fracos</b>
<b>Análise externa</b> (variáveis incontroláveis do meio ambiente)	<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>

FONTE: Petrocchi (2009, p. 112).

Este modelo de análise auxilia no processo de planejamento proporcionando um olhar interno ao destino turístico contribuindo no estudo e avaliação da composição da estrutura em questão apontando seus pontos positivos e negativos (Petrocchi, 2009, p. 115).

QUADRO 12– APRESENTAÇÃO DE COMO SERÃO ALCANÇADOS OS OBJETIVOS

Objetivo Geral	Métodos de pesquisa
Analisar o potencial ecoturístico e de aventura do Parque Nacional Guaricana PR, com o fim de delinear uma proposta de uso público voltado para a exploração turística do parque.	O objetivo geral é alcançado por meio da realização dos objetivos específicos;
Objetivos Específicos	Métodos de pesquisa
Caracterizar o parque e identificar recursos naturais que possam ser utilizados para atividades de uso público no seu interior.	Através da inventariação turística pretende-se conhecer os atrativos do parque bem como realizar a sua caracterização. Formulário C.1 MTur Pesquisa de gabinete Pesquisa de campo
Diagnosticar infraestruturas e equipamentos existentes no parque que tenham potencial para uso público;	Com pesquisa bibliográfica, documental, pesquisa de campo para coleta de dados através dos formulários de inventário do MTur e as visitas <i>in loco</i>
Identificar as atividades que tenham potencial para serem desenvolvidas no ParNa Guaricana,;	Através da análise dos dados coletados no formulário, pesquisa bibliográfica e visitas <i>in loco</i> , pode-se chegar a definir quais os locais que terão possibilidade de desenvolver o uso público;
Avaliar o potencial ecoturístico e de aventura do Parque;	Através da inventariação do MTur, visitas <i>in loco</i> poderá se chegar neste objetivo;
Identificar trilhas com potencial ecoturístico e de aventura no ParNa e Propor a criação de uma trilha interpretativa voltada para a educação ambiental e lazer.	Baseado na análise dos dados coletados e utilizando-se do formulário para conhecer os locais, também através na análise SWOT busca-se identificar as qualidades de cada local e assim estabelecer o melhor local.

FONTE: Própria (2019)

Para complementar a metodologia apresenta-se o quadro acima ilustrando como cada objetivo será alcançado.

A seguir apresenta-se os resultados obtidos durante a pesquisa de gabinete e de campo, buscando apresentar os pontos das visitas *in loco* e assim justificar como se chegou a proposta do Projeto para o Parque.

#### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Os resultados foram obtidos por meio da pesquisa de gabinete e de campo, e aqui busca-se apresentar os dados obtidos durante as visitas onde foi aplicado o formulário de inventariação C.1.5 do MTur. Vale ressaltar que, para a coleta de dados e observação foram realizadas visitas *in loco* com aplicação do formulário de inventariação C.1.5 do MTur, além de informações obtidas através de entrevista com o analista ambiental Aroldo Fonseca e conversas informais com moradores do entorno.

Para o preenchimento das informações foram empregadas as siglas **N.A**, **N.E** e **N.I** que significam Não se Aplica, Não Existe e Não Informado, respectivamente. Foram realizadas três visitas na companhia de funcionários do ICMBio as quais são detalhadas a seguir.

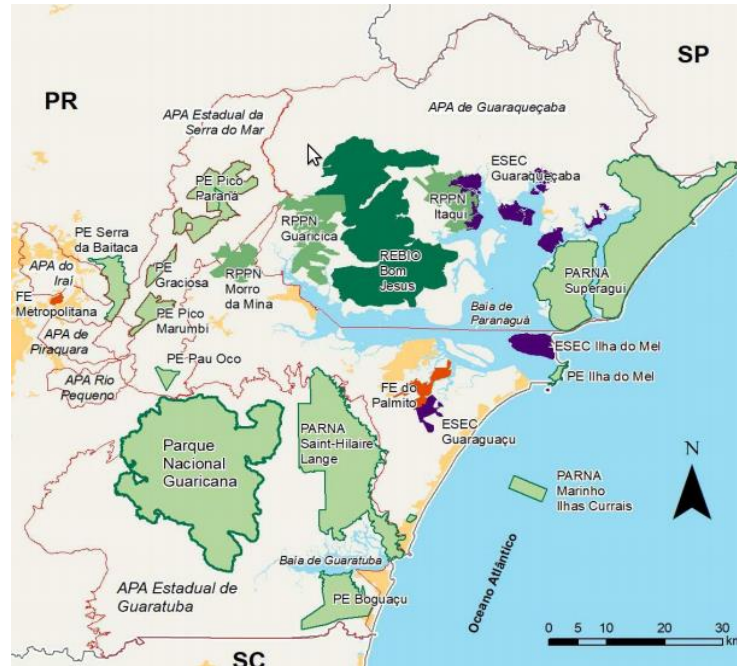
**A primeira visita** foi no dia 08 de Julho de 2019, as 08:00 da manhã um grupo de 4 pessoas saiu da sede do IBAMA na R. General Carneiro, 481 em direção ao parque, o grupo era composto pelo analista ambiental do ICMBio Aroldo Fonseca, dois funcionários da SPVS (Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental) e o pesquisador responsável por este estudo, seguimos no carro do próprio ICMBio pela Avenida das Torres até a BR 376 em direção à colônia Castelhanos percorrendo aproximadamente 80 kms, lá éramos aguardados por mais dois pesquisadores e um morador das proximidades do parque que acompanhou o grupo. No Dia 29 de Agosto de 2019 realizou-se outra visita visando conhecer os pontos citados na figura 2, com destaque para o Pico Pilão de Pedra e o Salto Cantagalo que por questão de tempo não puderam ser visitados presencialmente, por fim a última visita realizada foi no dia 11 de Setembro com a realização de uma visita de reconhecimento a uma das diversas “picadas” (área onde já existe um caminho pouco aberto na mata) do Parque, as visitas são detalhadas a seguir em ordem cronológica.

#### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O ParNa Guaricana é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei (Brasil, 2000) qualificado como Parque Nacional de acordo com o decreto s/n de 13/10/2014, é gerenciado pelo ICMBio e está localizado em área rural com base nas coordenadas geográficas: “48°50’0”W e “25°40’0” S, está situado entre os municípios de Guaratuba, Morretes e São José dos Pinhais (BRASIL, 2014). O parque dispõe de 49,3 mil hectares de extensão, com diversos rios que deságuam na baía de Guaratuba. Foram identificados algumas quedas d’água como o Salto Cantagalo e saltos do Rio Arraial e do Rio Canasvieiras, existem alguns riachos com corredeiras, destacando que o parque é conhecido pela grande riqueza hídrica, com inúmeras fontes de água, no que concerne ao relevo destacam-se Montanhas, Serra, Picos e Vales destacando-se a Serra Canasvieiras

e Serra da Igreja onde estão localizados os picos mais altos do Parque como o Pico Pilão de Pedra, Pico Canhemborá e Pico da Igreja. O parque está inserido no Mosaico de Unidades de Conservação do LAGAMAR instituído em Maio de 2006 pela portaria MMA nº 150 com diversos tipos de UCs Federais e Estaduais.

FIGURA 5- PARNA GUARICANA E MOSAICO DE UCs DA SERRA DO MAR (PARANÁ)



FONTE: Brasil (2019f)

O mapa acima apresenta o ParNa Guaricana no contexto do mosaico com as demais UCs da Serra do Mar.

O parque apresenta uma flora de contato entre floresta ombrófila mista (mata de Araucária) e Floresta ombrófila densa (Mata Atlântica) e mesmo tendo grande parte do seu território no município de Guaratuba não apresenta vegetação litorânea. (Brasil, 2019). Conforme pode-se perceber na figura acima o parque encontra-se com cerca de 90% da sua área dentro da APA Estadual de Guaratuba, justificando assim o uso das informações do Plano de Manejo da APA como base de dados do Parque, dessa forma, analisando este plano de manejo pode-se constatar a riqueza da biodiversidade presente no parque, no que diz respeito às espécies de flora presentes na região, não se tem informações de espécies endêmicas, já espécies raras e em extinção destacam-se algumas como: Araucária, palmito Juçara, canela-preta, canela-sassafrás e violeta-da-montanha, violeta-montes. O parque tem algumas espécies exóticas como o pinus,

principalmente na área da Fazenda Arraial localizado na porção Noroeste do parque onde está localizada a aldeia Tupã Nhe Kretã. No que concerne à fauna o plano de manejo da APA de Guaratuba diz que a região apresenta uma riqueza de biodiversidade com presença de diversas espécies como 71 tipos de aves endêmicas da Mata Atlântica, e 10 espécies de aves ameaçadas de extinção, o parque também conta com a presença de diversos mamíferos, dentre os quais 5 são endêmicos da Mata Atlântica e 11 estão ameaçados de extinção no Estado do Paraná, no parque são encontrados uma grande variedade de répteis e anfíbios dos quais 80 espécies de anfíbios são endêmicos e 197 espécies de répteis endêmicos da Mata Atlântica. (Paraná, 2006)

O parque dispõe de uma ampla rede hidrográfica, sendo este um dos pontos influenciadores para a sua criação, dentro de seus limites nascem diversos rios que abastecem principalmente a baía de Guaratuba, a Figura 4 apresenta a hidrografia presente no parque.



apresentada tem como base a região central de Curitiba e outros pontos de interesse como o Aeroporto Afonso Pena, a entrada do parque fica a 37 km do Aeroporto, está a 48,9 kms da rodoferroviária de Curitiba, não existe parada de ônibus próximo ao local bem como ponto de táxi, está a 47,2 kms da sede municipal de São José do Pinhais. Como pontos de referência identificou-se a BR 277, BR 376, Colônia Castelhanos e Estrada da Limeira.

O Parque não possui estrutura como um centro de visitantes (por exemplo), a entrada é gratuita e não foi identificado um controle de visitação, até porque não há uma atividade expressiva e organizada, o local não possui instalações de entrada e tão pouco atendimento ao público além de não ter definido regras de funcionamento. Referente a caracterização do fluxo turístico não se aplica pelo fato de não haver informações sobre o assunto. Ainda não existe levantamento de dados dos visitantes, o ParNa não integra roteiros turísticos comercializados tampouco está inserido em Guia Turístico. Ressalta-se também que não foram identificadas instalações e equipamentos durante as visitas.

De acordo com levantamentos realizados pelo ICMBio existem no parque algumas áreas conflitantes com atividades agrícolas, como plantações de banana principalmente próximo às colônias Castelhanos, Cubatão, Rasgado, Rasgadinho (dos moradores das comunidades), cultivo de pupunha próximo ao rio Canasvieiras, extração de folhas de Guaricana, linhas de transmissão (Copel), e vertimento de vazão turbinada da usina Guaricana (Copel).

No que concerne às especificidades do atrativo distingue-se o alto grau de preservação de acordo com informações fornecidas no Plano de manejo da APA de Guaratuba onde evidencia-se a presença de uma grande diversidade de fauna e flora, também constatado com visita *in loco* que em poucos minutos de caminhada em meio a mata a equipe identificou a presença de Anta, e outros animais, durante a visita constatou-se que a mata está bem preservada com árvores saudáveis e rios limpos que apresentam grande potencialidade para o desenvolvimento de atividades de uso turístico.

Com base nos dados apresentados e levando em conta as visitas *in loco* pode-se constatar que o estado geral de conservação da área está muito boa, no entanto deve-se ressaltar que pelo fato de não ter qualquer infraestrutura o mesmo não apresenta nenhum tipo de acessibilidade para pessoas com deficiência.



**Na segunda Visita** um novo grupo saiu da sede do ICMBio, com três integrantes sendo dois funcionários do Parque e este pesquisador, neste dia realizou-se uma visita à Fazenda Catas Altas próximo ao Rio Arraial, depois seguiu-se para outra entrada do parque às margens da BR 277 próximo ao Viaduto dos Padres, parada rápida para analisar as possibilidades do local partiu-se então para a Estrada da Limeira, estrada rural que liga Morretes ao Município de Garuva e que também dá acesso ao Parque, a estrada em questão está entre o ParNa Guaricana e o ParNa Saint Hilaire/Lange tendo grande circulação de animais (de acordo com os funcionários do ICMBio, seguimos pela estrada, no entanto tivemos de regressar por conta de um imprevisto no caminho, regressando em direção a Curitiba foi decidido seguir até outra entrada do parque, assim seguiu-se para a Fazenda Juliatto que está próximo das Colônias Murici e Mergulhão no Município de São José dos Pinhais. Neste dia diversos imprevistos aconteceram e assim não foi possível realizar a coleta de dados.

A Figura Abaixo apresenta o perímetro do parque e também os acessos (1-Viaduto dos Padres, 2-Fazenda Catas Altas, 3-Fazenda Juliatto e 4-Colônia Castelhanos) visitados durante as pesquisas *in loco*, os mesmos são submetidos à uma análise SWOT (no próximo capítulo) para ter uma noção mais real da situação de cada local.

FIGURA 7- ACESSOS PARNA GUARICANA



FONTE: Própria (2019)

Por fim a **terceira visita** no parque foi para fazer o reconhecimento de trilhas que iniciam na Fazenda Juliatto, que conta com espaço amplo para instalação de infraestrutura, tem área relativamente plana para estacionamento além de ter espaço para uma área de lazer, aqui destaca-se o que foi relatado na entrevista com o funcionário do parque Aroldo Fonseca que ressalta a possibilidade de instalação de um centro com função multiuso (visitação, educação ambiental, pesquisa, fiscalização, etc.), e conectado aos usos existentes na região. A seguir apresenta-se as imagens da fazenda no dia da visita.

FIGURA 8 - FRENTE DA FAZENDA JULIATTO



FONTE: Própria (2019)

A imagem acima retrata a primeira vista da fazenda onde hoje vive o caseiro, (a foto foi tirada de dentro da fazenda). Demonstra potencial para instalação de infraestrutura de uso turístico bem como para outras atividades como monitoramento e pesquisa.

FIGURA 9- BIFURCAÇÃO PICADA PARA O RIO ARRAIAL E REPRESA GUARICANA



FONTE: Própria (2019)

Nesta imagem apresenta-se uma bifurcação para duas trilhas distintas, seguindo a esquerda pode-se chegar as corredeiras do Rio Arraial e á direita chega-se a Represa Guaricana.



Durante a realização da caminhada pode-se perceber a presença de grandes animais no local, como pegadas de Anta (*Tapirus Terrestris*) e de Puma (*Puma Concolor*) as imagens a seguir foram registradas durante a visita.

FIGURA 10- PEGADA DE PUMA



FONTE: Própria (2019)

FIGURA 11- PEGADA DE ANTA



FONTE: Própria (2019)

Continuando a trilha pode-se perceber também uma grande presença de aves. A trilha foi finalizada após 1:30h de caminhada até chegar na Represa com aproximadamente 2 kms de distância, acredita-se que com a infraestrutura adequada esta trilha pode ser feita em até 1h e ser utilizada para fins pedagógicos e interpretativos.

Considerando os dados levantados, a observação *in loco* e a opinião dos gestores do parque, identificou-se que a UC tem potencial para desenvolver as seguintes atividades: Arvorismo, Atividades pedagógicas, bóia-cross, caminhada, ciclismo, escalada, mountain bike, observação de fauna e flora, pesca (nos limites do Parque), rafting, rapel, safári fotográfico e trilhas como por exemplo a de longo curso Castelhanos - Candonga de 57 kms, as demais atividades dependem de estudos mais aprofundados sobre os locais mais adequados para a prática.

Após a visita aos diversos pontos de acesso ao parque optou-se por realizar uma análise SWOT de cada local visitado, utilizando como critério facilidade de acesso, infraestrutura do local, proximidade e questão fundiária, para assim ter maior conhecimento do que pode ser realizado em cada localidade, reconheceu-se a importância de realizar este tipo de análise pelo fato do Parque ter vários acessos e cada um deles ter uma realidade bastante diferenciada, dessa forma apresenta-se abaixo a análise SWOT dos seguintes acesso ao ParNa Guaricana:

- Viaduto dos Padres
- Arraial = fazenda Catas Altas
- Leste SJP - Fazenda Juliatto
- Castelhanos - Fazenda Guaricana

#### 4.1.1 Análise SWOT dos Acessos e do Parque

A análise SWOT aqui utilizada tem por objetivo esclarecer qual o acesso que apresenta maior potencialidade para desenvolver atividades e maior facilidade de implantação de infraestrutura, de acesso e gerenciamento. A seguir apresenta-se uma adaptação do modelo de análise SWOT proposto por Petrocchi (2009) que busca apresentar os pontos Fortes e Fracos, Oportunidades e Ameaças detectadas em cada local visitado, isso proporcionará um melhor entendimento das diversas situações presentes no parque.

QUADRO 13- ANÁLISE SWOT ACESSO VIADUTO DOS PADRES

	Aspectos favoráveis ao destino (+)	Aspectos desfavoráveis ao destino (-)
Análise interna (variáveis controláveis do destino)	Pouca distância do Pico Pilão de pedra	Área de mata densa com necessidade de abrir trilhas
	Rio dos Padres com potencial para banho	Pouco espaço para instalar área de estacionamento
	Esta na Serra Canasvieiras	Sem infraestrutura no local
	Local com potencial para mirante, escalada, etc	
Análise externa (variáveis incontroláveis do meio ambiente)	Proximidade com a BR 277	Necessidade de pista de aceleração e desaceleração
	Projeto de estrada de ferro Lapa/Paranaguá	Questão fundiária ainda não resolvida
	Possível construção de uma estação ferroviária	

FONTE: Própria (2019)

A análise apresentada acima traz com maior clareza a situação do local de acesso próximo ao Viaduto dos Padres, segundo relatado pelos funcionários do ICMBio existe um projeto que prevê a construção de uma estrada de ferro próximo ao local, sendo possível solicitar no local uma parada para passeios de trem, se encontra no meio da serra, Está a poucos quilômetros do Pico Pilão de Pedra que pode ser um atrativo com mirante com vista para a serra, outras possibilidades para o local é a proximidade com o Rio dos Padres, um pequeno rio que dá nome ao Viaduto. Também destaca-se a possibilidade de criação de um portal da Grande Reserva da Mata Atlântica (este projeto visa dar maior visibilidade para o maior remanescente contínuo de mata do mundo que segue do sul do estado de São Paulo até o Norte do Estado de Santa Catarina).

QUADRO 14- ANÁLISE SWOT ACESSO FAZENDA CATAS ALTAS

	Aspectos favoráveis ao destino (+)	Aspectos desfavoráveis ao destino (-)
Análise interna (variáveis controláveis do destino)		Área totalmente fechada, necessita abrir estrada
	Proximidade com o Rio Arraial	
	Área de fácil acesso	Não possui infraestrutura
	Área próxima de Curitiba	
Análise externa (variáveis)	Está a quase 5 kms da BR 277	

incontroláveis do meio ambiente)		
----------------------------------	--	--

FONTE: Própria (2019).

Vale ressaltar que a Fazenda Catas Altas está fora dos limites do parque e sua localização é apenas utilizada como ponto de referência de um possível local que pode ser utilizado como entrada tendo em vista que a mesma encontra-se nos limites do parque em área de fácil acesso.

Outro local visitado foi a Fazenda Juliatto, última propriedade da Rua Stanislaw Turbanski antes do parque, esta fazenda poderá ser desapropriada para uso do Parque, a análise SWOT busca apresentar a situação do local de forma mais clara.

QUADRO 15- ANÁLISE SWOT ACESSO FAZENDA JULIATTO

	Aspectos favoráveis ao destino (+)	Aspectos desfavoráveis ao destino (-)
Análise interna (variáveis controláveis do destino)	Estrada até próximo do Parque	Pouca infraestrutura
	Acesso para corredeiras do rio Arraial	Trilhas sem estrutura
	Acesso para Represa Guaricana	
	Apoio da Prefeitura de SJP para turismo	Falta de energia elétrica
Análise externa (variáveis incontroláveis do meio ambiente)	Linha de transporte regular até próximo do local	Área de propriedade privada
	Próximo do Aeroporto Internacional Afonso Pena	
	Tem a Melhor situação fundiária de todos os acessos	
	Pode integrar roteiro de Turismo Rural de SJP	
	O local se encontra em área onde já existe turismo	

FONTE: Própria (2019)

Este foi o melhor local visitado em termos de facilidade de acesso, proximidade de centros urbanos e questão fundiária, pelo fato de ter apenas um dono e o mesmo ter grande interesse em passar a área para o ICMBio. Conforme pode-se notar na análise acima esta região tem muitos pontos fortes e oportunidades, segundo foi informado por funcionários do ICMBio. A Prefeitura de

São José do Pinhais tem grande interesse em apoiar o turismo na região que já conta com um roteiro de turismo rural nas colônias já consolidado, e Caminho do Vinho. No local identificou-se a possibilidade de se instalar não só um centro de visitantes mas também um centro multiuso voltado para pesquisa, fiscalização e visitação como destacado na entrevista (consultar apêndice), proporcionando o fomento ao turismo Técnico-Científico tendo em vista que ali seria um ponto de apoio para pesquisadores desenvolverem estudos no Parque, ressalta-se ainda que tendo ali um centro de visitantes o parque pode passar a integrar o Roteiro de Turismo Rural da Colônia Murici.

Segue-se para o último local visitado que é a colônia Castelhanos, Acesso à Fazenda Guaricana.

QUADRO 16- ANÁLISE SWOT ACESSO FAZENDA GUARICANA

Análise interna (variáveis controláveis do destino)	Aspectos favoráveis ao destino (+)	Aspectos desfavoráveis ao destino (-)
	Já existe algumas construções no local	Construções bastante degradadas
	Acesso para trilha de longo curso	
Análise externa (variáveis incontroláveis do meio ambiente)	Criação de roteiro integrado com a colônia	Estrada com baixa manutenção
	Único acesso sem conflito fundiário	Conflito com a Comunidade Castelhanos
		Mais de 80 kms de Curitiba
		Sem transporte regular

FONTE: Própria (2019)

A Fazenda Guaricana foi o ponto inicial do parque, ali onde era a antiga Fazenda Bamerindus originou-se a criação da UC, no local existe alguma infraestrutura da antiga fazenda, porém estão muito degradadas sendo necessário uma grande reforma nos locais. A área está inserida em uma região com boa preservação conforme constatado em visita, próximo do local passa o rio Castelhanos e foi possível constatar na visita a existência de cachoeiras nas proximidades, existe uma estrada que dá acesso à fazenda, no entanto a mesma não tem condições de trafegabilidade no momento, sendo necessário que a prefeitura responsável realize manutenções periódicas na mesma. O local ainda dá acesso a uma trilha de longo curso dentro do Parque, esta trilha atualmente é uma



“picada” (nome dado para um caminho que ainda não é bem demarcado) no entanto vale destacar a sua importância pois este caminho ainda pode integrar o projeto do Caminho da Mata Atlântica que é um projeto de trilha de longo curso que começa no estado do Rio Grande do Sul e vai até o estado do Rio de Janeiro ligando diferentes UCs e terá alguns pontos no Paraná. Ali na colônia também existe um conflito com a comunidade pelo fato de uma parte da plantação de banana ter sido anexada à área do Parque.

Após apresentar os dados analisados de cada acesso pode-se ressaltar que seguindo o método da análise SWOT como é proposto por Petrocchi (2009) pode-se elencar dois melhores acessos para o parque, sendo o acesso pelo Viaduto dos Padres um local com grande potencial conforme pode-se perceber no Quadro 13 e também a Fazenda Juliatto, sendo este o melhor acesso encontrado conforme constatados no Quadro 15.

Por fim, também teve-se a preocupação de realizar uma avaliação geral do parque buscando apresentar a UC e seu contexto geral no âmbito da análise. O Quadro 17 apresenta uma análise geral do parque, dessa forma compila-se todas as informações obtidas durante a pesquisa de campo para apresentá-las em forma de quadro, para que assim possa ser possível identificar quais os potenciais do parque bem como suas infraestruturas.

QUADRO 17- ANÁLISE SWOT PARQUE NACIONAL GUARICANA

	Aspectos favoráveis ao destino (+)	Aspectos desfavoráveis ao destino (-)
Análise interna (variáveis controláveis do destino)	Possui mais de uma entrada de acesso	Pouca pesquisa até o momento
	Elevado grau de conservação/preservação	Sem visitação turística
	Variedade de atrativos naturais	O parque não possui sinalização
	Potencial para desenvolver atividades turísticas (ver quadro 14)	Ainda não possui Plano de Manejo
	Próximo de grandes centros como Curitiba e São José do Pinhais	Pouca/nenhuma infraestrutura
Análise externa (variáveis incontroláveis do meio)	Pode integrar roteiros como o de Turismo Rural de SJP	Possui diversas Áreas de conflito
	Proximidade com o Aeroporto	Linha de transporte somente

ambiente)		próximo a Fazenda Juliatto
	Pode integrar iniciativas como da Grande Reserva Mata Atlântica e Caminho da Mata Atlântica	
	Um dos poucos Parques Nacionais próximo de um centro urbano como Curitiba	

FONTE: Própria (2019)

Conforme pode-se perceber acima o parque não apresenta grandes dificuldades para a implementação do turismo, grande parte dos itens destacados são de certa simplicidade, conforme já foi citado nas análises, com as diversas entradas que o parque dispõe é impossível fazer um levantamento de qual é mais viável e que deve ser o alvo de investimentos iniciais, cada acesso visitado representa uma realidade diferente, com questões amplas, também destaca-se a possibilidade do parque integrar grandes projetos diferentes como o Caminho da Mata Atlântica que tem por objetivo criar uma trilha de longo curso com um total de 3 mil Kms WWF (2019) e também a iniciativa da Grande Reserva Mata Atlântica que é a maior área contínua de deste bioma, o projeto busca dar mais visibilidade para esta área e conecta todas as UCs presentes nesta região (SPVS, 2019).

A partir das pesquisas realizadas em campo e também com o auxílio da pesquisa de gabinete foi possível realizar o levantamento de informações acerca do parque e assim conhecer melhor a sua realidade, o quadro abaixo busca apresentar os resultados obtidos tendo como base os objetivos específicos da pesquisa.

QUADRO 18- APRESENTAÇÃO DOS OBJETIVOS ALCANÇADOS

Objetivos	Resultados
Caracterizar o parque e identificar recursos naturais que possam ser utilizados para atividades de uso público no seu interior;	Os recursos identificados são: Rios Arraial com corredeiras, Montanhas como o Canhembora e Pilão de Pedra, Cachoeiras, Picos e lago Guaricana;
Diagnosticar infraestruturas e equipamentos existentes no parque que tenham potencial para uso público;	Represa da Copel que pode ser usada em parceria com o parque; Estrada até a Fazenda Guaricana e estrada na Fazenda Juliatto.

Identificar as atividades que tenham potencial para serem desenvolvidas no ParNa Guaricana;	Arvorismo, Atividades pedagógicas, bóia-cross, caminhada, ciclismo, escalada, mountain bike, observação de fauna e flora, pesca (nos limites do Parque), rafting, rapel, safári fotográfico e trilhas para educação ambiental e Interpretação e o turismo técnico científico;
Identificar trilhas com potencial para o ecoturístico e atividades de aventura no Parque;	Foram identificadas trilhas para o Pico Pilão de Pedra, Trilha Candonga/Castelhanos, Trilhas na fazenda Juliatto, Trilha Salto Canta Galo.
Propor a criação de uma trilha de acesso á represa Guaricana voltada para a educação ambiental e lazer;	É detalhado no próximo capítulo como o projeto desta pesquisa.

FONTE: Própria (2019)

Com os dados apresentados acima pode-se ter uma breve noção de como os objetivos foram alcançados. Dessa forma os recursos identificados para o uso do turismo foram alguns Rios como o Arraial e Castelhanos, o rio Arraial conta ainda com algumas corredeiras e áreas de banho e o rio Castelhanos apresenta algumas quedas que apesar de não terem sido visitadas foram vistas a partir de imagens captadas por um drone, quanto às montanhas pode-se citar a Serra Canasvieiras e Serra da Igreja com os Picos Pilão de Pedra, Pico Canhemborá e Pico da Igreja, além do lago da Represa Guaricana. Já no que concerne a infraestrutura existem alguns locais que podem ser usados tais como a já citada Represa, algumas construções na Fazenda Guaricana que são casas degradadas com possibilidade de recuperação. Outra parte importante da pesquisa é identificar atividades que possam ser desenvolvidas no Parque, neste quesito percebeu-se que o ParNa tem potencial para as diversas atividades citadas no quadro 14, alguns exemplos são Rafting no rio Arraial, Pesca na Represa e Observação da fauna e flora.

A partir dos dados apresentados foi possível identificar a grande potencialidade que o Parque Nacional Guaricana possui, após a análise dos resultados da pesquisa de gabinete e das informações coletadas durante as visitas *in loco* parte-se para a próxima etapa deste trabalho que é o projeto a ser proposto para o parque, a idéia surge a partir de percepção deste pesquisador quanto ao que o parque precisa no momento para começar a ter uma visitação ordenada, também chegou-se à conclusão de que a fazenda Juliatto é o local que apresenta maior facilidade para a implantação do turismo no momento, além de ser um local de fácil acesso que já está próximo de um roteiro estabelecido que é o de turismo Rural na

Colônia Murici, conforme foi apresentado no quadro 11 é o local que pode ser iniciado projetos de implantação de infraestrutura como centro de visitantes e estruturação de trilhas de acesso aos atrativos.

A proposta idealizada tem como foco o uso da interpretação ambiental voltada para a educação ambiental como meio de fomentar a preservação do meio ambiente, o capítulo a seguir abordará de forma mais específica este projeto.

## **5 PROJETO DE PESQUISA: CRIAÇÃO DE UMA TRILHA INTERPRETATIVA PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PARNA GUARICANA**

### **5.1 DESCRIÇÃO DO PROJETO**

De acordo com a análise dos resultados percebe-se que o ParNa possui potencial para a realização de diversas atividades como Turismo Aventura e Ecoturismo, entretanto o presente projeto será delimitado à sensibilização ambiental de jovens e crianças em idade escolar buscando criar um laço entre a comunidade próxima ao Parque e a Unidade de Conservação em questão, pois entende-se que a educação é o principal meio de se preservar a natureza, além disso, as crianças têm fundamental importância na formação de uma nova geração e influenciam os pais quanto a importância da conservação.

Propõe-se então a criação de uma trilha interpretativa que tem início na Fazenda Juliatto, estabelecido através da análise SWOT como o melhor acesso para visita no ParNa. A área em questão possui duas “picadas” (caminhos sem estruturação), uma que dá acesso a Represa Guaricana e outra que dá acesso as corredeiras do Rio Arraial, ambas podem ser utilizadas para atividades de contemplação da fauna e flora bem como atividades pedagógicas, porém as “picadas” se encontram sem qualquer infraestrutura de acesso, assim, este projeto prevê melhorias para a trilha de acesso á Represa Guaricana e deverá ser estruturado conforme descrito a seguir.

#### **5.1.1 Trilha Interpretativa: O Caminho do Puma**

O ponto inicial de visita no ParNa parte de que é relevante tratar da importância do parque para as pessoas, assim o projeto de visita se inicia com foco na Educação Ambiental de jovens e crianças, estudantes das escolas de Curitiba e Região Metropolitana, visando despertar nas gerações futuras o interesse por Unidades de Conservação e para que os mesmos tenham ciência da importância de se preservar, assim espera-se que os filhos mostrem aos pais o valor da preservação criando um vínculo entre a população e o parque trazendo a comunidade para viver em harmonia com a UC.

O Caminho do Puma busca destacar a presença de animais silvestres e principalmente a presença de pumas na região, despertando assim o interesse dos visitantes, o nome foi pensado levando em consideração as pegadas encontradas no local durante a visita de reconhecimento.

Quanto ao público alvo, o site oficial da Prefeitura de SJP destaca que existem no município cerca de 31 mil alunos abrangendo educação especial, ensino infantil, ensino fundamental e médio distribuídos em 112 unidades de ensino (São José dos Pinhais, 2018) dando sustentação para que este projeto tenha como foco jovens e crianças bem como instituições de ensino que tenham interesse em realizar atividades pedagógicas no local, também pode atender famílias e pessoas que se interessem por caminhadas na natureza e até mesmo pesquisadores, haja vista que o local possui grande riqueza de fauna e flora.

O produto será desenvolvido no Parque Nacional Guaricana, no acesso leste de São José dos Pinhais ao final da estrada da Colônia Murici em uma área de pasto com amplo espaço para construir, o local ainda não foi desapropriado pelo ICMBio porém acredita-se que o mesmo terá sua situação fundiária regularizada para completa implementação do Parque.

O projeto pode ser realizado em uma operação conjunta entre ICMBio que administra o local, a Prefeitura Municipal de São José do Pinhais e voluntários locais. O ICMBio pode coordenar as atividades e de acordo com o plano de manejo, definir os locais de uso intensivo disponível para o desenvolvimento da trilha, além de contribuir na formação dos condutores da trilha, a Prefeitura de São José do Pinhais pode colaborar com a manutenção da estrada que dá acesso ao parque e, através do Fundo Municipal de Turismo e Fundo Municipal de Meio Ambiente disponibilizar o recurso para a implantação do projeto bem como fomentar visitas periódicas no parque por meio das escolas do Município, já os voluntários podem contribuir na instalação da sinalização e manutenção das trilhas.

De acordo com as informações coletadas através da entrevista realizada com o Analista ambiental do parque, Aroldo Fonseca, o projeto pode ser iniciado assim que o Plano de Manejo for aprovado, antes disso só é possível realizar atividades de pesquisa e proteção (fiscalização, patrulha, sinalização de divisas, etc.), dessa forma o projeto tem previsão de ser iniciado no final do ano de 2020, data prevista para finalização do Plano de Manejo.

Tendo em vista a grande riqueza de biodiversidade no parque uma trilha voltada para a educação ambiental pode trazer visitantes ao parque contribuindo para a conservação e dando mais importância a UC, vale destacar que uma trilha possibilitaria aos turistas um contato maior com a natureza local, a importância de se estabelecer visitação na área também se dá pelos seguintes motivos: a visitação aumenta a importância dos parques para a comunidade, diminui o índice de caça, também pode-se dizer que a visitação cria na população o sentimento de pertencimento fazendo assim que o Parque seja aceito e protegido por aqueles que o visitam.

O primeiro passo para a implementação do projeto é a regularização fundiária da Fazenda Juliatto, o proprietário já manifestou diversas vezes o seu interesse em vender a área para o ICMBio, como a fazenda já tem uma área degradada isto evitaria a destruição de mais áreas de floresta nativa, o local também conta com um espaço bastante amplo e relativamente plano, sendo propício para instalação do centro de visitantes e área para estacionamento.

Além da trilha também podem ser instalados quiosques cobertos com trepadeiras em meio a mata para uma imersão na natureza, aqui devem ser instaladas lixeiras de coleta seletiva incentivando a separação dos materiais orgânicos dos recicláveis.

A partir das visitas *in loco* estimou-se que a trilha possui aproximadamente 2 kms de extensão podendo ser considerada com tamanho ideal para uma trilha interpretativa.

## 5.2 ETAPAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO

O projeto será desenvolvido em duas etapas distintas, em primeiro lugar deve-se ter a preocupação de buscar recursos para a viabilização do projeto, em seguida se dará a realização do projeto em si, com clareamento da “picada” onde será a trilha, depois deve-se realizar testes de qualidade bem como a capacitação de pessoas que possam realizar o guiamento dos visitantes, a seguir apresenta-se o cronograma de como deve ocorrer às atividades.

QUADRO 19- ETAPAS DO PROJETO

Etapa 1 - Definição do traçado da Trilha e Mapeamento	Março/2021
Etapa 2 -Clareamento da Trilha	Maio/2021
Etapa 3 - Regularização e Pavimentação	Junho e Julho/2021
Etapa 4 - Instalação de drenagem	Julho/2021
Etapa 5 - Interpretação e Educação Ambiental	Julho/2021
Etapa 6 - levantamento dos locais apropriados para a sinalização	Julho/2021
Etapa 7 - Mutirão de sinalização	Agosto/2021
Etapa 8 - Teste de qualidade da trilha	Agosto/2021
Etapa 9 -Inauguração da trilha	Setembro/2021

FONTE: Própria (2019)

O quadro acima apresenta as etapas de planejamento da trilha do Puma, considerando o início do projeto após a aprovação do Plano de Manejo, então será necessário a estruturação da trilha para que seja implementado uma infraestrutura de qualidade, assim optou-se por se apoiar nas informações descritas no capítulo 2.3 que tem por base o *Manual de trilhas: um manual para gestores*, desta forma observa-se que a obra de implantação da trilha deve seguir um passo a passo que consiste na definição do traçado da trilha com o mapeamento dos principais atrativos por onde o visitante vai trafegar, após a definição do traçado deve ser realizado o clareamento do corredor da trilha (ver figura 2) que consiste na desobstrução do caminho sendo necessário a retirada de árvores caídas e qualquer outra barreira que possa impedir a passagem, ressalta-se que a atividade de clareamento deve ser mantida periodicamente como manutenção do caminho, após a realização destas etapas deve-se seguir para a regularização e pavimentação da trilha que pode ser feito através da implantação de um calçamento podendo ser realizado com materiais de madeira e cascalhos, deve-se ressaltar que a trilha em questão não apresenta grande declividade sendo seu maior inconveniente áreas propensas a alagamentos, bem como atoleiros conforme mostra a imagem a seguir.



FIGURA 12 - ÁREA DE ATOLEIRO



FONTE: Própria(2019)

A imagem acima representa um dos locais da trilha propensas a atolamentos aqui pode ser implementado uma passarela utilizando pneus com terra ou em madeira para melhorar a condição da caminhada (como ilustra a figura 14).

FIGURA 13- MODELO DE PASSARELA FLONA DE ASSUNGUI



FONTE: Própria (2019)

Juntamente com o calçamento deve ser feito um sistema de drenagem da trilha que podem ser canaletas, conforme sugerem Andrade e Rocha (2018) que nestes locais podem ser construídos canais perpendiculares e diagonais facilitando o escoamento da água para a mata (ver figura 3).

Após a estruturação da trilha com a aplicação das etapas 1, 2, 3, e 4 descritas anteriormente deve-se seguir para a sinalização do trajeto, para esta fase utilizou-se como base o *Manual de sinalização de trilhas* do ICMBio apresentado no capítulo 2.3 do marco teórico, onde recomenda qual deve ser a tipologia utilizada, assim ressalta-se que a trilha apresenta 3 tipos de sinalização, iniciando com a de entrada que deve ser de preferência bilíngue, apresentando informações gerais sobre o parque, fauna e flora, distância do percurso; sinalização interpretativa visando transmitir informações capazes de conectar emocionalmente os visitantes com a natureza, e por fim deve ser utilizado a sinalização emergencial para indicar a presença de algum animal perigoso ou outro acontecimento que necessite de uma comunicação diferenciada.

O *Manual de sinalização* destaca ainda o uso de simbologia como forma de empregar uma identidade própria para as trilhas através de uma logomarca que também pode representar o tipo de atividade a ser desenvolvida, atualmente tem se empregado o uso de pegadas para sinalizar e como nas imagens a seguir que representam as formas de pegadas já empregadas em alguns parques pelo Brasil.

FIGURA 14- MODELOS DE PEGADAS NO BRASIL



FONTE: Brasil (2018)

Destaca-se que a logomarca deve ser criada antes da inauguração da trilha, caso a trilha já esteja em uso sugere-se o uso de setas em amarelo sinalizando o

caminho a ser seguido, entretanto, para o Caminho do Puma sugere-se o desenho de uma pegada que destaque a pata da espécie que dá nome a trilha e também pode-se pensar em acrescentar algum outro símbolo como a Araucária representando que a trilha se encontra no estado. O manual ainda destaca que a sinalização interpretativa deve ser realizada com um projeto independente de interpretação, e assim é melhor explicado a seguir.

A Interpretação e Educação Ambiental são grandes meios de conscientização, para este projeto aborda-se a educação através da participação de jovens e crianças despertando nelas o dever de proteger o meio ambiente. A trilha será de interpretação pessoal que proporciona interação direta entre intérprete e público assim será necessário a obrigatoriedade de um condutor (de preferência pessoas das comunidades do entorno do Parque) devidamente capacitado pelo próprio ICMBio, a interpretação pode se iniciar antes da realização da trilha com dinâmicas em grupo buscando desinibir os visitantes e também auxiliar na cativação dos mesmos sobre o tema, reforçando informações voltadas para a conscientização ambiental e a importância das UCs. A trilha será contemplada com uma sinalização diferenciada tendo como atores principais o Puma e a Anta que apresentam a trilha para os visitantes sempre abordando temas como a fauna e flora presente no ParNa, curiosidades sobre o local e sobre os animais que vivem naquele espaço, conforme mostra o exemplo na figura a seguir.

FIGURA 15- MODELO DE SINALIZAÇÃO INTERPRETATIVA



FONTE: Amazonas (2019)

Conforme destaca o Manual de interpretação ambiental do ICMBio deve-se procurar conhecer os atributos de cada local e usá-lo positivamente na trilha, assim outro ponto que pode ser utilizado no projeto é o som, organizar passeio ao amanhecer do dia para assim mostrar a biodiversidade de pássaros presentes no local, para aumentar a participação dos visitantes pode-se fazer perguntas sobre som dos animais além de diversas representações da vida silvestre, também deve-se utilizar de ferramentas visuais para chamar a atenção dos estudantes.

O teste de qualidade da trilha deverá ser realizado após a finalização da mesma, esta etapa é de grande importância pois trata-se de uma realização prévia do trajeto de preferência na companhia de profissionais da área que devem realizar a trilha e passar um *feedback* do projeto buscando apontar itens que devem ser aperfeiçoados para o melhor aproveitamento do atrativo.

### 5.2.2 Descrição dos Recursos Humanos envolvidos no projeto

O quadro a seguir busca apresentar o número de pessoas necessárias para cada atividade do cronograma, assim estima-se que para a limpeza da área, que seria o trabalho de roçar todo o trajeto, serão convenientes 2 trabalhadores, já para a implementação da infraestrutura poderia ser realizado um mutirão a ser divulgado nas redes sociais em parceria com associações como por exemplo, grupos de montanhistas por meio da divulgação estimou-se a presença de 30 participantes,

podendo ser mais, já o mutirão de sinalização que também deve ser divulgado nas redes sociais, estimou-se a presença de 50 participantes, por último podem ser convidados até 20 profissionais para o teste de qualidade que poderiam ser professores universitários, moradores, poder público e demais entidades interessadas.

QUADRO 20- RECURSOS HUMANOS

Limpeza da área	2
Mutirão implementação de Infraestrutura	30
Mutirão	100
Teste Qualidade	20

FONTE: Própria (2019)

Após esclarecer o que será utilizado de recursos humanos busca-se agora apresentar mais informações sobre o orçamento do projeto, levando em conta os desembolsos para cada etapa estima-se que, para a limpeza dos trajeto um gasto de 2 mil reais mensais seriam necessários, para o trabalho inicial e para a manutenção do espaço, já com a infraestrutura seria um gasto mais variante, haja vista que, no primeiro momento é preciso comprar uma maior diversidade de materiais tais como madeiras, ferramentas, tintas para a sinalização etc, quanto aos mutirões destaca-se mais o recurso pessoal com a presença dos voluntários. Por fim vale ressaltar que recurso financeiro para a implementação do projeto pode vir do fundo municipal de meio ambiente de São José dos Pinhais. Vale ressaltar que aqui são apresentadas apenas estimativas de pessoal, e que a realidade do projeto deve ser revista pelo responsável por sua implementação devendo analisar a necessidade de pessoas para a conclusão da iniciativa.

No que concerne aos gastos estimados para a realização do projeto, destaca-se que não é possível realizar uma estimativa confiável do material necessário bem como seus custos, ficando a cargo do profissional responsável realizar o levantamento do material necessário para a conclusão do projeto.

Vale ressaltar que o faturamento presente neste projeto não pode ser mensurado em valores, uma vez que de início esta trilha não possui o intuito de ser cobrado qualquer tipo de taxa de visitação, no entanto destaca-se que pode ser detectado um grande impacto social, haja vista que busca atingir as crianças e



comunidade de forma geral, trazendo benefícios para o parque que ganhará maior visibilidade e também brindará a população com qualidade de vida que terá mais um espaço de lazer e entretenimento.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo analisar o potencial do ParNa Guaricana para o uso turístico visando propor atividades que possam ser desenvolvidas no parque. Foi possível identificar toda a potencialidade que este parque recém criado possui, dessa forma, através da aplicação do formulário disponibilizado pelo MTur realizou-se um inventário turístico do parque com o qual possibilitou entender as particularidades da UC, juntamente com a adaptação da análise SWOT proposto de Petrocchi pode-se verificar o melhor local para iniciar um projeto de visitação no parque. Assim decidiu-se que uma trilha voltada para a educação ambiental seria o melhor caminho para se chegar a uma visitação expressiva no parque contando com um planejamento a longo prazo o parque pode se tornar um grande atrativo turístico de Curitiba e do Paraná.

O problema da pesquisa: O Parque Nacional Guaricana tem potencial para desenvolver o uso público turístico? foi respondido por meio da concretização dos objetivos e assim foi possível constatar que sim, o Parque tem potencial para desenvolver o uso público turístico e a trilha interpretativa é apenas um dos usos dos parque, a área tem potencial para desenvolver atividades de Turismo de Aventura e Ecoturismo, atividades voltadas para pesquisa levando em conta a riqueza biológica presente no local. Já o Objetivo Geral e específicos da pesquisa puderam ser alcançados a partir da aplicação da metodologia que melhor se enquadrou no trabalho da seguinte forma: 1) Caracterizar o parque e identificar recursos naturais que possam ser utilizados para atividades de uso público no seu interior - foram identificados picos, montanhas, rios, cachoeiras, lago e uma grande variedade de animais e plantas que podem impulsionar o turismo no local; 2) Diagnosticar infraestruturas e equipamentos existentes no parque que tenham potencial para uso público - a partir das visitas *in loco* e entrevista com funcionários do parque foi possível perceber que as infraestruturas presentes no parque estão bastante deterioradas e o local mais adequado para uso turístico foi apenas o lago da represa Guaricana que deve ser pensado em parceria com a COPEL; 3) Identificar as atividades que tenham potencial para serem desenvolvidas no ParNa Guaricana - com a aplicação do formulário de inventariação proposto pelo MTur foi possível identificar diversas atividades como Arvorismo, Atividades pedagógicas, bóia-cross, caminhada, ciclismo, escalada, mountain bike, observação de fauna e

flora, pesca (nos limites do Parque), rafting, rapel, safári fotográfico e trilhas; 4) Identificar caminhos com potencial ecoturístico e de aventura no Parque - foram identificados diversos caminhos que podem ser usados para como trilhas voltadas para as atividades, no entanto decidiu-se focar na trilha presente entre a Fazenda Juliatto e o Lago Guaricana sendo esta o objeto do projeto deste trabalho; 5) Propor a criação de uma trilha de acesso á represa Guaricana voltada para a educação ambiental e lazer - este último caracteriza-se como o projeto desta pesquisa apresentado como caminho do Puma que é uma trilha de interpretação ambiental visando destacar a riqueza da fauna e flora presentes no parque.

A partir desta pesquisa pode-se perceber que outros projetos complementares devem ser priorizados para a completa implementação turística no ParNa, assim sugere-se que, além da trilha interpretativa é preciso pensar na construção de um centro de visitantes no local conhecido como Fazenda Juliatto, sabendo também que o parque não possui qualquer tipo de sinalização deve-se desenvolver um projeto para tal implantação no local, também pode ser pensado para o parque um projeto de trilhas mais inclusivas visando a acessibilidade de todos os públicos.

Destaca-se que devido ao tamanho do parque e da sua vasta diversidade de temas disponíveis, demais pesquisas devem ser realizadas, buscando trazer informações sobre estudo de demanda, Hierarquização dos atrativos, implementação do centro de visitantes e sinalização do parque, e também um projeto voltado para o marketing deve ser pensado entre outros diversos temas para outras áreas e não só o turismo.

Por fim estima-se que este projeto possa ser aplicado no Parque Guaricana estimulando a visitação na UC e estimulando jovens e crianças a seguir no caminho da conserva o ressaltando a importância que as florestas têm para a nossa sociedade.



## REFERÊNCIAS

ABREU, José Augusto Pinto de; TIMO, Gustavo Fraga (Org.). Normalização e certificação em turismo de aventura no Brasil. In: UVINHA, Ricardo Ricci (Org.). **Turismo de Aventura: Reflexões e Tendências**. São Paulo: Aleph, 2005. p. 43-70.

ANDRADE, W. J.; ROCHA, R. F. da. **Manual de trilhas: um manual para gestores**. IF Sér. Reg., São Paulo, n. 35, p. 1-74, maio 2008.

AMAZONAS, Estado do. **Novas trilhas interpretativas ampliam estratégia de educação ambiental no Parque Estadual Sumaúma**. Disponível em: <<http://portaldoamazonas.com/novas-trilhas-interpretativas-ampliam-estrategia-de-educacao-ambiental-no-parque-estadual-sumauma>>. Acesso em: 20 out. 2019.

AMBIENTAL, Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação (SPVS). **GRANDE RESERVA MATA ATLÂNTICA**. Disponível em: <<http://www.spvs.org.br/grande-reserva-mata-atlantica/>>. Acesso em: 11 maio 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (Brasil). **Normas Para o Turismo de Aventura**. Disponível em: <<https://www.abntcatalogo.com.br/normagrid.aspx>>. Acesso em: 13 set. 2019.

BOO, Elizabeth. O planejamento ecoturístico para áreas protegidas. In: LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. **Ecoturismo: Um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: Senac, 1999. p. 31-57.

BRASIL. **Constituição**: República Federativa do Brasil, 1988. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292p.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: 2000.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. **Diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais**. Brasília: 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. Manual do Pesquisador – **Inventário da Oferta Turística**: instrumento de pesquisa/ Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Brasília: Dez. De 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Sobre o InvTur**. Disponível em: <<http://www.inventario.turismo.gov.br/invtur/downloads/projInvTur/projInvTur.pdf>> 2006. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. **Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação/Ministério do Meio Ambiente**. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de Áreas Protegidas. Brasília: 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: **Módulo Operacional 7 Roteirização Turística**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Brasília: 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. Ed. – Brasília: 2010a.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Turismo de Aventura: orientações básicas**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: 2010b. 75 p.; 24 cm.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: orientações básicas**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. – 3. ed.- Brasília: Ministério do Turismo, 2010c. 96 p.; 24 cm.

\_\_\_\_\_. ICMBio. Ministério do Meio Ambiente (Comp.). **MANUAL DE SINALIZAÇÃO DE TRILHAS**. Brasília, 2018.

\_\_\_\_\_. MMA. **Interpretação ambiental nas unidades de conservação federais**/organizadores Antonio Cesar Caetano [et al.] ; colaboradores Bruno Cezar Vilas Boas Bimbato [et al.]. – [S.l.]: ICMBio, 2018. 73 p.

\_\_\_\_\_, Governo do. **Turismo em reservas movimenta R\$ 4 bilhões por ano**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/meio-ambiente/2017/01/turismo-em-reservas-movimenta-r-4-bilhoes-por-ano>>. Acesso em: 06 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Portal do Sistema Nacional de Informações Florestais. Ministério do Meio Ambiente. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação - Mapas**. 2018a. Disponível em: <<http://snif.florestal.gov.br/pt-br/dados-complementares/212-sistema-nacional-de-unidades-de-conservacao-mapas>>. Acesso em: 17 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. Cnuc. Ministério do Meio Ambiente. **Tabela consolidada das Unidades de Conservação**. 2019a. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80229/CNUC\\_FEV19%20-%20B\\_Cat.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80229/CNUC_FEV19%20-%20B_Cat.pdf)>. Acesso em: 17 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Plano de Manejo**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/plano-de-manejo>>. Acesso em: 17 mai. 2019b.

\_\_\_\_\_. Geraldo Gurgel. Ministério do Turismo. **Visitação em parques nacionais bate novo recorde**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/12415-visita%C3%A7%C3%A3o-em-parques-nacionais-bate-novo-recorde.html>>. Acesso em: 21 abr. 2019c.

\_\_\_\_\_. ICMBio. **Mata Atlântica.** Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/mata-atlantica>>. Acesso em: 08 abr. 2019d.

\_\_\_\_\_. ICMBio. **Visitação em Parques Nacionais bate novo recorde em 2018.** Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/10216-visitacao-em-parques-nacionais-bate-novo-recorde-em-2018b>>. Acesso em: 09 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. . **Programa de Turismo nos Parques.** Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-fazemos/revistafinal.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2019e.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO TURISMO. (Ed.). **Turismo injetou US\$ 163 bilhões no Brasil em 2017.** 2018c. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAultimas-not%C3%ADcias/11037-turismo-injetou-us%-163-bilh%C3%B5es-no-brasil-em-2017.html>>. Acesso em: 04 maio 2019.

\_\_\_\_\_. Aroldo Correa da Fonseca. Ministério do Meio Ambiente. **PARQUE NACIONAL GUARICANA CARACTERIZAÇÃO E RESUMO DE GESTÃO:** (Subsídios ao Guia do Participante e Plano de Manejo). Curitiba, 2019f. No prelo.

DANTAS, Nathallye Galvão de Sousa; MELO, Rodrigo de Sousa. O método de análise SWOT como ferramenta para promover o diagnóstico turístico de um local: o caso do município de Itabaiana / PB. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p.118-130, 2008.

DAVENPORT, Lisa; RAO, Madhu. A história da proteção: Paradoxo do Passado e Desafios do Futuro. In: TERBORGH, John; VAN SCHAIK, Carel; DAVENPORT, Lisa. **Tornando os Parques Eficientes:** Estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: UFPR, 2002. p. 52-73.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Pesquisa em turismo:** planejamento, métodos e técnicas. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Futura, 2007. 335p., il. ISBN 9788574132181 (broch).

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo:** política e desenvolvimento do turismo no Brasil: atualizado com o Plano Nacional de Turismo (2003/2007) de 29-4-2003. São Paulo, SP: Atlas, 2003. 226 p. Inclui bibliografia. ISBN 8522435952 (broch.).

FABRICIO, Ana Carolina Baggio. **Turismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade.** Curitiba: Intersaberes, 2015. (Desenvolvimento Sustentável).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa.** 2. ed. rev. e aumentada Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, c1986. xxiii, 1838. Bibliografia: p. [1811]-1838.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. **Mata Atlântica**. Disponível em: <<https://www.sosma.org.br/nossas-causas/mata-atlantica/>>. Acesso em: 08 abr. 2019.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. 2.ed. rev. e atual São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning, 2003. 205p., il. Inclui bibliografia e índice. ISBN 852210333x.

INSTITUTO ECOBRASIL. Diretrizes **Ecoturismo - Marcos Referenciais**. Disponível em: <<http://www.ecobrasil.eco.br/3-secao-geral/categoria-projetos/981-diretrizes-ecoturismo-marcos-referenciais>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

MAGRO, Teresa Cristina; FREIXÊDAS, Valéria Maradei. Trilhas: como Facilitar a Seleção de Pontos Interpretativos. **Circular Técnica Ipef**, São Paulo, v. 0, n. 186, p.4-10, set. 1998.

MENDONÇA, Rita; NEIMAN, Zysman (Org.). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri: Manole, 2005. p. 296.

NPS, National Park Service. **Birth of a National Park**. Disponível em: <<https://www.nps.gov/yell/learn/historyculture/yellowstoneestablishment.htm>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

PINHAIS, São José dos. **Mais de 31 mil alunos voltam às aulas em São José dos Pinhais**. 2018. Disponível em: <<http://www.sjp.pr.gov.br/mais-de-31-mil-alunos-voltam-as-aulas-em-sao-jose-dos-pinhais/>>. Acesso em: 07 out. 2019.

PARANÁ. Diretoria de Biodiversidade e áreas Protegidas. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba**. Curitiba: Paraná, 2006. 259 p.

PARANÁ. **Diretrizes para o turismo em áreas naturais no estado do Paraná: Sob a ótica da sustentabilidade**. 2000. Disponível em: <<http://www.obsturpr.ufpr.br/artigos/diretrizesturismoareasnaturais.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2019.

PETROCCHI, Mario. **Turismo: Planejamento e gestão**. São Paulo: Pearson, 2009. 364 p.

PIRES JÚNIOR, Lúcio Silva. SEBRAE. **TURISMO DE AVENTURA: Panorama do segmento no Brasil**. Disponível em: <[http://www.sebraemercados.com.br/wp-content/uploads/2015/11/BI\\_Turismo\\_2015\\_10\\_TurismoDeAventura.pdf](http://www.sebraemercados.com.br/wp-content/uploads/2015/11/BI_Turismo_2015_10_TurismoDeAventura.pdf)>. Acesso em: 24 maio 2019.

REZENDE, Vanessa Leite; CUNHA, Fernanda Leite. **OS DESAFIOS DO USO DE TRILHAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**. Anap, Tupã, v. 10, n. 3, p.29-41, 2014.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Ecoturismo no Brasil: Possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 135.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001. 199p., il. (Turismo). Bibliografia: p.175-184. ISBN 8530804392 (broch.).

SALVATI, Sérgio Salazar. A certificação e as dimensões da sustentabilidade e da qualidade dos produtos e serviços em ecoturismo. In: MENDONÇA, Rita; NEIMAN, Zysman (Org.). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri: Manole, 2005. p. 62-104.

SILVA, Francisco António dos Santos da. **Turismo na natureza como base do desenvolvimento turístico responsável nos Açores**. 2013, 413f. Tese (doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia e Ordenamento do Território – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

SOCIEDADE E ECOTURISMO. **Na trilha do desenvolvimento sustentável: Como diferentes atores sociais podem, de forma participativa, elaborar planos estratégicos de conservação e geração de renda. O caso do ecoturismo no Vale do Ribeira na Mata Atlântica / Vitae Civilis e WWF-Brasil**; São Paulo: Peirópolis, 2003.

SOUZA, Thiago do Val Simardi Beraldo; Simões, Helenne Barbosa. (2018). **Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação Federais para a Economia Brasileira – Efeitos dos Gastos dos Visitantes em 2017: Sumário Executivo**. ICMBio. Brasília.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável**. São Paulo, SP: Aleph, 2000- . nv., il. (Série Turismo). Inclui bibliografia.

TAKAHASHI, Leide. **Uso Público em Unidades de Conservação**. Curitiba: Fundação O Boticário, 2004.

TRIPADVISIOR. **Pasillos y Vegetación en Parque Nacional Fray Jorge, La Serena**. Disponível em: <[https://en.tripadvisor.com.hk/LocationPhotoDirectLink-g303674-d318283-i80739736-Fray\\_Jorge\\_National\\_Park-La\\_Serena\\_Coquimbo\\_Region.html](https://en.tripadvisor.com.hk/LocationPhotoDirectLink-g303674-d318283-i80739736-Fray_Jorge_National_Park-La_Serena_Coquimbo_Region.html)>. Acesso em: 12 set. 2019.

WWF. **Caminho da mata atlântica**. Disponível em: <<http://caminhodamataatlantica.org.br/>>. Acesso em: 09 abr. 2019.

## APÊNDICE 1 - NORMAS ABNT PARA O TURISMO DE AVENTURA

Norma ABNT	Objetivo
<b>Normas gerais</b>	
ISO 20611:2018	<p>Turismo de <b>aventura</b> — Boas práticas de sustentabilidade — Requisitos e recomendações</p> <p>Este documento fornece requisitos e recomendações para fornecedores de atividades de turismo de <b>aventura</b> sobre boas práticas de sustentabilidade (aspectos ambientais, sociais e econômicos) para atividades de turismo de aventura.</p>
NBR 15285	<p>Turismo de Aventura – Condutores – Competências de pessoal</p> <p>Estabelece resultados esperados e competências mínimas para condutores de Turismo de Aventura, independentemente do tipo de atividade praticada.</p>
NBR 15334	<p>Turismo de Aventura – Sistema de gestão da segurança – Requisitos de competências para auditores</p> <p>Estabelece requisitos mínimos para os auditores responsáveis por verificar os sistemas de gestão de segurança implantadas nas organizações que atuam com o segmento de Turismo de Aventura.</p>
NBR ISO 21101	<p>Turismo de <b>aventura</b> — Sistemas de gestão da segurança — Requisitos</p> <p>Esta Norma estabelece os requisitos de um sistema de gestão da segurança para prestadores de serviços de atividades de turismo de aventura.</p>
NBR ISO 21103	<p>Turismo de <b>aventura</b> — Informações para participantes</p> <p>Esta Norma especifica os requisitos mínimos para a informação a ser fornecida aos participantes antes, durante e após as atividades de turismo de aventura.</p>
<b>Normas específicas</b>	

NBR 15370	<p>Turismo de Aventura – Condutores de rafting – Competências de pessoal</p> <p>Estabelece resultados esperados e competências para condutores relacionadas à preparação e condução de cliente para a prática de rafting. Essa norma é complementar à NBR 15285.</p>
NBR 15383	<p>Turismo de Aventura – Condutores de turismo fora-de-estrada em veículos 4x4 ou bugues – Competências de pessoal</p> <p>Define competências para condutores de Turismo de Aventura para a prática de atividades fora-de-estrada, cujo objetivo da experiência turística é trafegar por roteiros em vias convencionais e não convencionais em veículos 4x4 ou bugues, seja conduzindo clientes, dirigindo veículos, seja ainda assistindo a quem os dirige. Essa norma é complementar à NBR 15285.</p>
NBR 15397	<p>Turismo de Aventura – Condutores de montanhismo e de escalada - Competências de pessoal</p> <p>Especifica resultados esperados e competências para condutores de Turismo de Aventura para a prática de atividades de montanhismo e de escalada. São considerados dois tipos de condutores distintos: condutores de montanhismo e condutores de montanhismo e escalada. Essa norma é complementar à NBR 15285.</p>
NBR 15398	<p>Turismo de Aventura – Condutores de caminhada de longo curso - Competências de pessoal</p> <p>Estabelece os resultados esperados e as competências mínimas para condutores de Turismo de Aventura com atividade de caminhada de longo curso.</p>
NBR 15399	<p>Turismo de Aventura – Condutores de espeleoturismo de Aventura – Competências de pessoal</p> <p>Estabelece resultados esperados e competências para condutores de Turismo de Aventura para a prática de atividades de espeleoturismo. São considerados dois tipos de condutores: condutores de espeleoturismo de Aventura e condutores de espeleoturismo vertical. Essa norma é complementar à NBR 15285.</p>
NBR 15400	<p>Turismo de Aventura – Condutores de canionismo e cachoeirismo – Competências de pessoal</p>

	Define resultados esperados e competências para condutores de Turismo de Aventura para a prática de atividades de canionismo e cachoeirismo. Essa norma é complementar à NBR 15285.
NBR 15453	<p>Turismo de Aventura – Turismo fora-de-estrada em veículos 4x4 ou bugues – Requisitos para produto</p> <p>Especifica requisitos relativos à segurança dos clientes e condutores referentes aos produtos (serviços) de Turismo de Aventura para a prática de atividades fora-de-estrada, utilizando veículos de tração 4x4 ou bugues. A norma não se aplica aos produtos turísticos com atividades fora-de-estrada que utilizem outros tipos de veículos.</p>
NBR 15500	<p>Turismo de Aventura – Terminologia</p> <p>Estabelece os principais termos e suas respectivas definições empregadas no Turismo de Aventura, utilizados em pelo menos, duas ou mais atividades específicas.</p>
NBR 15501	<p>Turismo de <b>aventura</b> — Técnicas verticais — Requisitos para produto</p> <p>Esta Norma aborda os serviços para o fornecimento de produtos turísticos das atividades de cachoeirismo, tirolesa, rapel e escalada, bem como estabelece os requisitos</p> <p>da</p> <p>operação relativos à segurança dos clientes e condutores destes produtos com atividades de turismo de <b>aventura</b> que empregam técnicas verticais. Esta Norma foi redigida de forma a aplicar-se a todos os tipos e portes de organizações e para adequar-se a diferentes condições geográficas, culturais e sociais.</p>
NBR 15502	<p>Turismo de <b>aventura</b> — Técnicas verticais — Procedimentos</p> <p>Esta Norma estabelece procedimentos específicos para a aplicação de técnicas verticais em produtos turísticos com atividades de turismo de aventura, com o objetivo de promover a satisfação e a segurança dos clientes e condutores, incluindo procedimentos seguros e o atendimento dos requisitos do cliente e requisitos regulamentares aplicáveis.</p>



NBR 15503	<p>Turismo de Aventura – Espeleoturismo de Aventura – Requisitos para produto</p> <p>Define requisitos para produtos (serviços) de Turismo de Aventura para a prática de atividades de espeleoturismo e de espeleoturismo vertical, relativos à segurança de clientes e condutores</p>
NBR 15505-2	<p>Turismo com atividades de caminhada – Parte 2: Classificação de percursos</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelece os critérios referentes à classificação de percursos utilizados em caminhadas sem pernoite quanto às suas características e severidade</li> </ul>
NBR 15509-1	<p>Cicloturismo – Parte 1: Requisitos para produto</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Define requisitos para o fornecimento de produtos (serviços) de Turismo de Aventura para a prática de atividades de cicloturismo que se aplicam a todos os tipos e portes de empresas, organizações e empreendimentos turísticos que operam tais atividades, adequando-se às diferentes condições geográficas, culturais e sociais.</li> </ul>
NBR 15507-1	<p>Turismo equestre – Parte 1: Requisitos para produto</p> <p>Define requisitos para o fornecimento de produtos (serviços) de Turismo de Aventura para a prática de atividades de turismo equestre que se aplicam a todos os tipos e portes de empresas, organizações e empreendimentos turísticos que operam tais atividades, adequando-se a diferentes condições geográficas, culturais e sociais.</p>
NBR 15507-2	<p>Turismo equestre – Parte 2: Classificação de percursos</p> <p>Estabelece classificação de percursos de Turismo de Aventura para atividades de turismo equestre, referentes às suas características e dificuldades, permitindo que o cliente tenha informações preliminares e se oriente adequadamente na escolha do trajeto. Os critérios de classificação do percurso são específicos para a atividade oferecida.</p>
NBR 15508-1	<p>Turismo de <b>aventura</b> - Parque de arvorismo</p> <p>Parte 1: Requisitos das instalações físicas</p> <p>Esta Parte da ABNT NBR 15508 especifica os requisitos para projeto, construção, montagem, ensaios, inspeção, manutenção e desmontagem de parques de arvorismo com finalidade turística.</p>

<p>NBR 15508-2</p>	<p style="text-align: center;">Turismo de <b>aventura</b> - Parque de arvorismo Parte 2: Requisitos de operação</p> <p>Esta parte da ABNT NBR 15508 estabelece os requisitos para a operação de percursos de arvorismo e para as competências dos líderes de arvorismo, incluindo tirolesa com cabo de aço, isolada ou não, relativos à segurança dos participantes e líderes.</p>
<p>NBR 16714</p>	<p style="text-align: center;">Turismo de <b>aventura</b> - Bungee jump - Requisitos para produto</p> <p>Este Documento estabelece os requisitos de projeto, instalação e montagem, incluindo a especificação de alguns equipamentos, bem como estabelece os requisitos da operação relativos à segurança dos participantes e líderes de produtos com atividades de turismo de <b>aventura</b> que oferecem bungee jump, como também as competências dos líderes de turismo de <b>aventura</b> de bungee jump. Este Documento foi elaborada de forma a ser aplicável a todos os tipos e portes de organizações e para ser adequada a diferentes condições geográficas, culturais e sociais.</p>
<p>NBR 16707</p>	<p style="text-align: center;">Turismo de <b>aventura</b> - Turismo com veículos quadriciclos e triciclos - Requisitos para produto</p> <p>Esta Norma estabelece os requisitos para produtos com atividades de turismo de <b>aventura</b> com veículos motorizados quadriciclos ou triciclos, relativos à segurança dos participantes e líderes de turismo de <b>aventura</b> com veículos motorizados e seus auxiliares. Esta Norma aplica-se a todos os tipos e portes de organizações e é adequada a diferentes condições geográficas, culturais e sociais.</p>
<p>NBR 16708</p>	<p style="text-align: center;">Turismo de <b>aventura</b> - Rafting - Requisitos para produto</p> <p>Esta Norma estabelece os requisitos para produtos com atividades de turismo de <b>aventura</b> com rafting ou duck em águas brancas, relativos à segurança dos participantes e líderes. Esta Norma aplica-se a todos os tipos e portes de organizações e é adequada a diferentes condições geográficas, culturais e sociais.</p>
<p>NBR 16760</p>	<p style="text-align: center;">Turismo de <b>aventura</b> — Turismo com atividades de canionismo e cachoeirismo — Requisitos para produto</p> <p>Esta Norma estabelece os requisitos para produtos com atividades de turismo de <b>aventura</b> com atividades de canionismo e cachoeirismo, relativos à segurança dos participantes e líderes.</p>

<p>NBR ISO 24801-1</p>	<p>Serviços de Mergulho Recreativo – Requisitos mínimos relativos à segurança para o treinamento de mergulhadores autônomos – Parte 1: Nível 1 – Mergulhador supervisionado</p> <p>Especifica as competências que um mergulhador autônomo deve ter para que uma organização de treinamento possa lhe outorgar uma certificação que indique que ele atingiu ou excedeu o mergulhador autônomo nível 1 — “Mergulhador supervisionado” — e especifica a avaliação dessas competências. Aplica-se somente a treinamento e certificação contratuais em mergulho autônomo recreativo</p>
<p>NBR ISO 24801-2</p>	<p>Serviços de Mergulho Recreativo – Requisitos mínimos relativos à segurança para o treinamento de mergulhadores autônomos – Parte 2: Nível 2 – Mergulhador autônomo</p> <p>Especifica as competências que um mergulhador autônomo deve ter para que uma organização de treinamento possa lhe outorgar uma certificação que indique que ele atingiu ou excedeu o Mergulhador Autônomo Nível 2 — “Mergulhador autônomo” — e a avaliação dessas competências. Aplica-se somente a treinamento e certificação contratuais em mergulho autônomo recreativo.</p>
<p>NBR ISO 24801-3</p>	<p>Serviços de mergulho recreativo – Requisitos mínimos relativos à segurança para o treinamento de mergulhadores autônomos – Parte 3: Nível 3 – Condutor de mergulho</p> <p>Especifica as competências que um mergulhador autônomo deve ter para que uma organização de treinamento possa lhe outorgar uma certificação que indique que ele atingiu ou excedeu o Mergulhador Autônomo Nível 3 — “Condutor de mergulho” — e a avaliação dessas competências. Aplica-se somente a treinamento e certificação contratuais em mergulho autônomo recreativo.</p>
<p>NBR ISO 24802-1</p>	<p>Serviços de mergulho recreativo – Requisitos mínimos relativos à segurança para o treinamento de instrutores de mergulho autônomo – Parte 1: Nível 1</p> <p>Especifica as competências que um instrutor de mergulho autônomo deve ter atingido para que uma organização de treinamento lhe outorgue a certificação de instrutor de mergulho autônomo, indicando que ele atingiu ou excedeu o nível instrutor de mergulho autônomo nível 1 e especifica a avaliação dessas competências. Aplica-se somente a treinamento e certificação contratuais em mergulho autônomo recreativo.</p>

<p>NBR ISO 24802-2</p>	<p>Serviços de mergulho recreativo – Requisitos mínimos relativos à segurança para o treinamento de instrutores de mergulho autônomo – Parte 2: Nível 2</p> <p>Especifica as competências que um instrutor de mergulho autônomo deve ter atingido para que uma organização de treinamento lhe outorgue a certificação de instrutor de mergulho autônomo, indicando que ele atingiu ou excedeu o nível instrutor de mergulho autônomo nível 2, e especifica a avaliação dessas competências. Aplica-se somente a treinamento e certificação contratuais em mergulho autônomo recreativo.</p>
<p>NBR ISO 24803</p>	<p>Serviços de mergulho recreativo – Requisitos para prestadores de serviços de mergulho autônomo recreativo</p> <p>Especifica os requisitos para provedores de serviços no campo do mergulho autônomo recreativo em três áreas da prestação de serviços: - treinamento e educação, - mergulhos organizados e guiados para mergulhadores certificados, - locação de equipamentos. • Especifica também a natureza e a qualidade dos serviços ao cliente e se aplica somente à prestação contratual desses serviços.</p>

FONTE: Adaptado de ABNT (2019)

## APÊNDICE 2: ENTREVISTA AROLDÓ

### 1- Como está o andamento do Plano de Manejo do Parque?

Em fase de levantamento de informações. Já foi elaborado o documento "CARACTERIZAÇÃO E RESUMO DE GESTÃO (Subsídios ao Guia do Participante e Plano de Manejo)". Há recurso disponível para custear oficina de planejamento participativo, prevista no Art. 6º, inciso IV, da IN ICMBio n° 07/2017 ([http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/portarias/intrucao\\_normativa\\_07\\_2017.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/portarias/intrucao_normativa_07_2017.pdf)). Previsão de iniciar a construção efetiva em 2020.

### 2- O Plano de Manejo do parque já tem prazo para ser implementado?

Quando for concluída a elaboração do plano (talvez final do ano que vem), a implementação é imediata.

### 3- O que pode ser feito no parque sem plano de manejo vigente?

Somente atividades de pesquisa e proteção (fiscalização, patrulha, sinalização de divisas, etc.), conforme art. 28, parágrafo único, da Lei nº 9985/2000 ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm)). Claro que o ICMBio não pode impedir o acesso às áreas particulares (não indenizadas), desde que não coloque em risco os atributos protegidos.

4- Você considera que a entrada Leste de SJP, na fazenda Juliatto é o melhor acesso que o parque possui hoje? Porque?

É preciso fazer uma hierarquização desta opção. Mas esta entrada (1), junto com as entradas (2) Fazenda Arraial (aldeia) e (3) Viaduto dos Padres, são as melhores opções em relação a acessos. No momento não é possível afirmar com certeza, qual das 3 é a melhor opção, pois, há vários fatores a se

considerar. Por exemplo, quando o reservatório miringuava encher irá ampliar a distância de acesso? Seria possível viabilizar um acordo com a ecovia para usar o recuo do viaduto dos padres? Há resistência por parte da comunidade da Antinha para ampliação do fluxo de pessoas naquela região? Há possibilidade de acordo com indígenas?

**5- Existe a possibilidade do ICMBio adquirir a área correspondente à fazenda Juliatto para instalar um centro de visitantes no local?**

Sim. É obrigação do ICMBio regularizar (indenização ou outro mecanismo) as áreas no interior do Parque. Somente 26% da fazenda Juliatto está dentro do Parque, então, é preciso justificar a compra dos 74% fora da UC, conforme determina o Art. 21, inciso III, da IN ICMBio nº 02/2009 (<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/in022009.pdf>).

A justificativa para aquisição do imóvel é justamente a facilidade de acesso, que por sua vez justifica um possível centro de visitantes, com função multiuso (visitação, educação ambiental, pesquisa, fiscalização, etc.), e conectado aos usos existentes na região.

Outra justificativa para adquirir a área é a possibilidade de ampliar o parque nesta região, albergando toda a fazenda, até o divisor de bacias, protegendo as nascentes do Miringuava, conforme solicitado pelo conselho municipal de meio ambiente de SJP na época da criação do parque, que foi negado com base em informação incorreta (de que a área estaria degradada).

**6- O ICMBio tem recursos (financeiro, humano e material) para investir no parque?**

Sim.

Financeiro:

1) Orçamento da União: pagamento de servidores públicos e custeio (energia elétrica, combustível, material de expediente, etc.). Pouca possibilidade de ampliação.

2) Fundo Municipal de Meio Ambiente de SJP: 550 mil transferidos de conta judicial decorrente da Ação Cautelar n.º 4686-41.2002.8.16.0036 (necessário o ICMBio elaborar projeto, convencer a prefeitura, que deverá submeter ao conselho municipal, que delibera sobre o fundo)

3) Compensação ambiental: ~ 38 milhões destinados, mas somente 823 mil depositados (disponível para uso).

Proces so Sei	Empreendimento	V alor (em R\$)	De stinação	Situ ação
02070. 020076/ /2016- 29	Sistema de Produção Antecipada do Campo de Atlanta, Bloco BS-4, Bacia de Santos	3 73 mil	Pe squisa	Não depositado.
02070. 003805/ /2017- 63	Atividade de Perfuração Marítima na Área Geográfica da Bacia de Campos (AGBC)	2 3 milhões	Re g. Fundiária	Não depositado.
02070.008561/ /2017-13	Sistema de Produção de Gás e Condensados, Campo de Mexilhão, B. de Santos	1 0 milhões	Re g. Fundiária	Não depositado.
02070. 003807/ /2017- 52	Sistema de Produção e Escoamento de Óleo de Gás no Campo Marlim Leste, Plataforma FPU P53	1 ,68 milhões	Pro teção	Não depositado

02070.014465/ /2016-15	Atividade de produção e escoamento de petróleo e gás natural do Pré-Sal (Etapa 2) da Bacia de Santos. FPSO Cidade de Maricá	8 23 mil	Pla no de Manejo	Dep ositado.
02070.018517/ /2016-22	Jazida de Tartaruga Verde e Jazida Compartilhada de Tartaruga Mestiça na Bacia de Campos	2 ,4 milhões	Im plemen- tação	Não depositado.

**Humano:** O ICMBio não tem servidores exclusivo para Parque. Os servidores são lotados no Núcleo do ICMBio em Curitiba, que também é responsável pela Flona de Assungui, em Campo Largo. O Núcleo tem 1 agente administrativo cedido pelo Ministério do Meio Ambiente e 9 analistas ambientais lotados, sendo 5 em exercício e 4 afastados por diferentes motivos. Não há terceirizados.

**Material:**

1) estruturas no PARQUE (escritório, centro de visitantes, etc.): não há.

2) sede administrativa: compartilhado com o IBAMA Paraná, no prédio da superintendência estadual do órgão em Curitiba.

3) viaturas: L200 Triton ano 2013; L200 Savana ano 2011; VW Parati ano 2006;

4) outros equipamentos (roçadeira, motosserra, trator de campo, etc.): não há.

**7- Na sua opinião, quais as dificuldades que o parque tem hoje para que o mesmo possa ter visitação?**



Falta de estrutura (estacionamentos; camping; centros; bases; sinalização; etc.); acesso difícil (distância e/ou infra deficiente); falta de regularização fundiária; resistências na equipe gestora; pouco apoio institucional; paradigmas; etc.

**8- Seria possível instalar no local da Fazenda Juliatto um pequeno módulo do ICMBio para controle de visitação turística?**

Possível é, mas antes deve haver plano de manejo; regularização fundiária; viabilização de recurso para compra e estruturação do módulo (estrutura e mobília); viabilização de recurso para custeio dos serviços necessários ao funcionamento do módulo (vigilância, limpeza, energia elétrica, etc.)

**9- Na sua opinião qual seria o melhor local para visitação que o parque possui?**

Os principais locais para visitação, na ordem do melhor para o pior, são: 1) rio Guaratuba na Fazenda Arraial (proximidade da aldeia indígena); 2) Picos Pilão de pedra; 1º de maio e X e rio dos padres (proximidade viaduto dos padres); 3) saltos do arraial e afluente próximo (Faz Juliatto, Palmital e áreas da Copel); 4) lago represa Guaricana (faz Juliatto e áreas da Copel); 5) rio Arraial no acesso pela Faz Catas altas; 6) região do castelhanos (saltos do rio castelhanos); 7) Salto Cantagalo; 8) região do Cubatão.

É um mero palpite, com base nas informações disponíveis. Mesmo com uma hierarquização com base em fatores objetivos não daria pra responder esta pergunta. Para saber é preciso abrir todas as áreas a visitação, com alguma estrutura mínima, e deixar a população visitar. Após alguns anos será possível saber qual seria a melhor.

**10- Você acredita que a prefeitura de São José do Pinhais poderia dar apoio para o desenvolvimento do turismo no parque?**



**Claro. A prefeitura de São José do Pinhais sempre apoiou o Parque, desde antes de sua criação.**



**11- Que tipo de apoio a Prefeitura de São José se dispôs a fornecer ao parque?**



**No momento a conversa é embrionária, mas já foi apalavrado possibilidade de uso de recursos do fundo municipal do meio ambiente (não só o decorrente da ação cautelar) e a integração de roteiros de ecoturismo com o turismo rural na região da colônia murici.**

**É preciso avançar em um acordo de cooperação que deixe claro os tipos de apoio, por exemplo: manutenção de estradas; instalação de postos da guarda municipal no parque; contratação de terceirizados; etc. Isso ainda é só conjectura (nada acertado).**

## ANEXO A – FORMULÁRIO C.1.5 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E SIMILARES

	<b>MINISTÉRIO DO TURISMO</b> Secretaria Nacional de Políticas de Turismo Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico Coordenação Geral de Regionalização <b>INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA</b> <b>CATEGORIA C1 – ATRATIVOS NATURAIS</b>	
<b>UF:</b>	<b>REGIÃO TURÍSTICA:</b>	<b>MUNICÍPIO:</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO</b>		
Tipo:  ( 6 ) C.1.6. Unidades de conservação e similares	Subtipos:  ( 1 ) C.1.6.1. Área de proteção ambiental ( 2 ) C.1.6.2. Área de relevante interesse ecológico ( 3 ) C.1.6.3. Estação ecológica ( 4 ) C.1.6.4. Floresta ( 5 ) C.1.6.5. Monumento natural ( 6 ) C.1.6.6. Parque ( 7 ) C.1.6.7. Refúgio de vida silvestre ( 8 ) C.1.6.8. Reserva biológica ( 9 ) C.1.6.9. Reserva extrativista ( 10 ) C.1.6.10. Reserva de desenvolvimento sustentável ( 11 ) C.1.6.11. Reserva de fauna ( 12 ) C.1.6.12. Reserva particular do patrimônio natural ( 13 ) C.1.6.13. Zoológico ( 14 ) C.1.6.14. Jardim botânico ( 15 ) C.1.6.15. Outras	
<b>1. INFORMAÇÕES GERAIS</b>		
1.1. Nome oficial _____		
1.2. Nome fantasia _____		
1.3. Natureza ( 1 ) Pública ( 2 ) Privada ( 3 ) Outra _____		
1.4. Tipo de organização/instituição ( 1 ) Associação ( 2 ) Sindicato ( 3 ) Cooperativa ( 4 ) Sistema S ( 5 ) Empresa ( 6 ) Outros _____		
1.5. Localização ( 1 ) Urbana ( 2 ) Rural		
1.6. Coordenadas geográficas  1.6.1. Latitude _____ 1.6.2. Longitude _____		
1.7. Endereço  1.7.1. Bairro/localidade _____ 1.7.2. Distrito _____ 1.7.3. CEP _____		
1.8. Sinalização  1.8.1. De acesso ( 1 ) Sim ( 2 ) Não 1.8.2. Turística ( 1 ) Sim ( 2 ) Não		
1.9. Proximidades ( 1 ) Restaurante ( 2 ) Bar/lanchonete ( 3 ) Meio de hospedagem ( 4 ) Shopping ( 5 ) Galeria/rua comercial ( 6 ) Centro de convenções/exposições ( 7 ) Posto de combustível ( 8 ) Outras _____		

	<b>INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA</b> <b>CATEGORIA C1 – ATRATIVOS NATURAIS</b>	
<b>1.10. Distâncias (km)</b> 1.10.1. Aeroporto _____ 1.10.2. Estação rodoviária _____ 1.10.3. Estação ferroviária _____ 1.10.4. Estação marítima/fluvial _____ 1.10.5. Estação metrorviária _____ 1.10.6. Ponto de ônibus _____ 1.10.7. Ponto de táxi _____ 1.10.8. Sede do município _____ 1.10.9. Localidade mais próxima _____ 1.10.10. Outras _____		
<b>1.11. Pontos de referência</b> _____ _____		
<b>1.12. Entidade mantenedora</b> _____ 1.12.1. Esfera administrativa ( 1 ) Federal ( 2 ) Estadual ( 3 ) Municipal ( 4 ) Particular ( 5 ) Concessão ( 6 ) Outras _____ 1.12.2. Endereço eletrônico (e-mail) _____ 1.12.3. Site eletrônico (site/página na web) _____		
<b>1.13. Plano de manejo</b> ( 1 ) Sim ( 2 ) Não		
<b>2. FUNCIONAMENTO</b>		
<b>2.1. Estrutura de funcionamento</b> 2.1.1. Visitação ( 1 ) Sim ( 2 ) Não 2.1.1.1. Finalidade da visitação ( 1 ) Passeio ( 2 ) Aventura ( 3 ) Religiosidade ( 4 ) Pesquisa ( 5 ) Outras _____ 2.1.1.1.1. Agendada ( 1 ) Não ( 2 ) Opcional ( 3 ) Obrigatória 2.1.1.1.2. Autoguiada ( 1 ) Não ( 2 ) Opcional ( 3 ) Obrigatória 2.1.1.1.3. Guiada ( 1 ) Não ( 2 ) Opcional ( 3 ) Obrigatória 2.1.2. Entrada 2.1.2.1. Gratuita ( 1 ) Sim ( 2 ) Não 2.1.2.2. Paga ( 1 ) Inteira ( 2 ) Meia 2.1.3. Instalações de entrada 2.1.3.1. Centro de recepção ( 1 ) Sim ( 2 ) Não 2.1.3.2. Posto de informação ( 1 ) Sim ( 2 ) Não 2.1.3.3. Portaria principal ( 1 ) Sim ( 2 ) Não 2.1.3.4. Guarita ( 1 ) Sim ( 2 ) Não 2.1.3.5. Bilheteria ( 1 ) Sim ( 2 ) Não 2.1.3.6. Outras _____		

	<b>INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA</b> <b>CATEGORIA C1 – ATRATIVOS NATURAIS</b>	
---	---	---

**2.1.4. Atendimento ao público**

2.1.4.1. Atendimento em língua estrangeira ( 1 ) Não ( 2 ) Inglês ( 3 ) Espanhol ( 4 ) Outras \_\_\_\_\_

2.1.4.2. Informativos impressos ( 1 ) Não ( 2 ) Português ( 3 ) Inglês ( 4 ) Espanhol ( 5 ) Outras \_\_\_\_\_

**2.2. Regras de funcionamento**

**2.2.1. Período**

( 1 ) Janeiro ( 2 ) Fevereiro ( 3 ) Março ( 4 ) Abril ( 5 ) Maio ( 6 ) Junho ( 7 ) Julho  
 ( 8 ) Agosto ( 9 ) Setembro ( 10 ) Outubro ( 11 ) Novembro ( 12 ) Dezembro ( 13 ) Ano inteiro

**2.2.2. Horário**

	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira	Sábado	Domingo
2.2.2.1. Abertura							
2.2.2.2. Encerramento							

2.2.2.3. Funcionamento 24 horas ( 1 ) Sim ( 2 ) Não

2.2.2.4. Funcionamento em feriados ( 1 ) Sim ( 2 ) Não

**2.2.3. Restrições**

( 1 ) Crianças ( 2 ) Fumantes ( 3 ) Animais ( 4 ) Outras \_\_\_\_\_

**2.2.4. Outras regras e informações**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**2.3. Caracterização do fluxo turístico**

**2.3.1. Dados da visitação**

2.3.1.1. Total anual de visitantes (nº) \_\_\_\_\_

2.3.1.2. Total de visitantes alta temporada (nº) \_\_\_\_\_

2.3.1.2.1. Meses de alta temporada

( 1 ) Janeiro ( 2 ) Fevereiro ( 3 ) Março ( 4 ) Abril ( 5 ) Maio ( 6 ) Junho ( 7 ) Julho  
 ( 8 ) Agosto ( 9 ) Setembro ( 10 ) Outubro ( 11 ) Novembro ( 12 ) Dezembro ( 13 ) Ano inteiro

**2.3.2. Origem dos visitantes/turistas**

( 1 ) Entorno municipal ( 2 ) Estadual ( 3 ) Nacional ( 4 ) Internacional

2.3.2.1. Origem dos turistas nacionais (até 5 estados)



\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

	<b>INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA</b> <b>CATEGORIA C1 – ATRATIVOS NATURAIS</b>	
---	---	---

2.3.2.2. Origem dos turistas internacionais (até 5 países)

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

2.3.2.3. Ano-base \_\_\_\_\_

2.3.3. Principal público frequentador ( 1 ) Turistas ( 2 ) Moradores

2.4. Apoio à comercialização

2.4.1. Integra roteiros turísticos comercializados ( 1 ) Sim ( 2 ) Não

Nome dos principais roteiros (até 5)	Site eletrônico (site/página web)

2.4.2. Integra guia turístico ( 1 ) Sim ( 2 ) Não

Nome dos principais guias impressos (até 5)	Site eletrônico (site/página web)

**3. CARACTERÍSTICAS**



3.1. Instalações

3.1.1. Estacionamento ( 1 ) Pago ( 2 ) Gratuito ( 3 ) Coberto ( 4 ) Descoberto

3.1.1.1. Capacidade de veículos (nº) \_\_\_\_\_

3.1.1.1.1. Automóveis (nº) \_\_\_\_\_

3.1.1.1.2. Ônibus (nº) \_\_\_\_\_

	INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA		
CATEGORIA C1 – ATRATIVOS NATURAIS			
<b>3.2. Outras Instalações e equipamentos</b>			
( 1 ) Área de exposições coberta	( 2 ) Área de exposições não coberta	( 3 ) Loja de <i>souvenir</i>	( 4 ) Sinalização interna
( 5 ) Centro de convenções	( 6 ) Espaço para festas e eventos	( 7 ) Anfiteatro	( 8 ) Museu
( 9 ) Páco para eventos	( 10 ) Feiras	( 11 ) Quadra poliesportiva	( 12 ) Grade ou proteção
( 13 ) Ambulatório médico	( 14 ) Iluminação	( 15 ) Vestiário	( 16 ) Guarda-volumes
( 17 ) Caixa eletrônico	( 18 ) Telefones públicos	( 19 ) Instalações sanitárias	( 20 ) Bebedouros
( 21 ) Teleférico	( 22 ) Churrasqueira	( 23 ) Outros _____	
<b>3.3. Outros equipamentos e serviços</b>			
( 1 ) Achados e perdidos	( 2 ) Bar/lanchonete	( 3 ) Restaurante	
( 4 ) Hospedagem	( 5 ) Serviço de som	( 6 ) Serviço de informações	
( 7 ) Vendedores ambulantes	( 8 ) Disponibilidade de carrinho de bebê	( 9 ) Disponibilidade de cadeira de rodas	
( 10 ) Disponibilidade de bicicletas	( 11 ) Disponibilidade de cavalos	( 12 ) Disponibilidade de pedalinhos	
( 13 ) Disponibilidade de boias	( 14 ) Outros _____		
<b>3.4. Atividades</b>			
3.4.1. Arvorismo	( 1 ) Não	( 2 ) Sim	( 3 ) Disponibilidade de equipamentos
3.4.2. Atividades culturais	( 1 ) Não	( 2 ) Sim	( 3 ) Disponibilidade de equipamentos
3.4.3. Atividades pedagógicas	( 1 ) Não	( 2 ) Sim	( 3 ) Disponibilidade de equipamentos
3.4.4. Boia-cross	( 1 ) Não	( 2 ) Sim	( 3 ) Disponibilidade de equipamentos
3.4.5. <i>Bungee-jump</i>	( 1 ) Não	( 2 ) Sim	( 3 ) Disponibilidade de equipamentos
3.4.6. Caminhada	( 1 ) Não	( 2 ) Sim	( 3 ) Disponibilidade de equipamentos
3.4.7. Canoagem	( 1 ) Não	( 2 ) Sim	( 3 ) Disponibilidade de equipamentos
3.4.8. Cavalgada	( 1 ) Não	( 2 ) Sim	( 3 ) Disponibilidade de equipamentos
3.4.9. Ciclismo	( 1 ) Não	( 2 ) Sim	( 3 ) Disponibilidade de equipamentos
3.4.10. Escalada	( 1 ) Não	( 2 ) Sim	( 3 ) Disponibilidade de equipamentos
3.4.11. Ginástica	( 1 ) Não	( 2 ) Sim	( 3 ) Disponibilidade de equipamentos
3.4.12. <i>Kitesurf</i>	( 1 ) Não	( 2 ) Sim	( 3 ) Disponibilidade de equipamentos
3.4.13. Mergulho	( 1 ) Não	( 2 ) Sim	( 3 ) Disponibilidade de equipamentos
3.4.14. <i>Motocross</i>	( 1 ) Não	( 2 ) Sim	( 3 ) Disponibilidade de equipamentos
3.4.15. <i>Mountain bike</i>	( 1 ) Não	( 2 ) Sim	( 3 ) Disponibilidade de equipamentos
3.4.16. Observação	( 1 ) Não	( 2 ) Sim	( 3 ) Disponibilidade de equipamentos
3.4.17. <i>Off road</i>	( 1 ) Não	( 2 ) Sim	( 3 ) Disponibilidade de equipamentos
3.4.18. Parapente/asa-delta	( 1 ) Não	( 2 ) Sim	( 3 ) Disponibilidade de equipamentos
3.4.19. Pesca	( 1 ) Não	( 2 ) Sim	( 3 ) Disponibilidade de equipamentos
3.4.20. <i>Rafting</i>	( 1 ) Não	( 2 ) Sim	( 3 ) Disponibilidade de equipamentos
3.4.21. Rapel	( 1 ) Não	( 2 ) Sim	( 3 ) Disponibilidade de equipamentos
3.4.22. Remo	( 1 ) Não	( 2 ) Sim	( 3 ) Disponibilidade de equipamentos
3.4.23. Safári fotográfico	( 1 ) Não	( 2 ) Sim	( 3 ) Disponibilidade de equipamentos
3.4.24. <i>Skate</i>	( 1 ) Não	( 2 ) Sim	( 3 ) Disponibilidade de equipamentos
3.4.25. Vela	( 1 ) Não	( 2 ) Sim	( 3 ) Disponibilidade de equipamentos
3.4.26. Voo livre	( 1 ) Não	( 2 ) Sim	( 3 ) Disponibilidade de equipamentos
3.4.27. <i>Windsurf</i>	( 1 ) Não	( 2 ) Sim	( 3 ) Disponibilidade de equipamentos
3.4.28. Trilha	( 1 ) Não	( 2 ) Sim	( 3 ) Disponibilidade de equipamentos
3.4.29. Outras _____	( 1 ) Não	( 2 ) Sim	( 3 ) Disponibilidade de equipamentos



## INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA

### CATEGORIA C1 – ATRATIVOS NATURAIS



#### 3.5. Características físicas

3.5.1. Extensão (m ou km) \_\_\_\_\_

#### 3.5.2. Hidrografia

3.5.2.1. Rio (1) Sim (2) Não

3.5.2.1.1. Quedas d'água (1) Sim (2) Não

3.5.2.1.2. Tipo (1) Catarata (2) Cachoeira (3) Salto (4) Cascata (5) Corredeira

3.5.2.2. Riacho (1) Sim (2) Não

3.5.2.2.1. Quedas d'água (1) Sim (2) Não

3.5.2.2.2. Tipo (1) Catarata (2) Cachoeira (3) Salto (4) Cascata (5) Corredeira

3.5.2.3. Córrego (1) Sim (2) Não

3.5.2.3.1. Quedas d'água (1) Sim (2) Não

3.5.2.3.2. Tipo (1) Catarata (2) Cachoeira (3) Salto (4) Cascata (5) Corredeira

3.5.2.4. Fonte (1) Sim (2) Não

3.5.2.5. Lago/lagoa/laguna (1) Sim (2) Não

3.5.2.6. Alagado (1) Sim (2) Não

3.5.2.7. Outras \_\_\_\_\_

#### 3.5.3. Relevo

(1) Montanha	(2) Serra	(3) Monte/morro/colina	(4) Pico/cume	(5) Chapada/tabuleiro/matacão
(6) Patamar	(7) Dolina	(8) Vale	(9) Planalto	(10) Planície
(11) Depressão	(12) Salina	(13) Caverna	(14) Gruta	(15) Furna

#### 3.5.4. Flora

##### 3.5.4.1. Vegetação

(1) Floresta amazônica	(2) Mata atlântica	(3) Mata de araucária	(4) Cerrado	(5) Caatinga
(6) Campo	(7) Complexo do pantanal	(8) Manguezal	(9) Vegetação litorânea	

##### 3.5.4.2. Espécies

3.5.4.2.1. Endêmica (1) Sim (2) Não

##### 3.5.4.2.1.1 Melhores meses de observação

(1) Janeiro	(2) Fevereiro	(3) Março	(4) Abril	(5) Maio	(6) Junho
(7) Julho	(8) Agosto	(9) Setembro	(10) Outubro	(11) Novembro	(12) Dezembro

3.5.4.2.2. Rara (1) Sim (2) Não

##### 3.5.4.2.2.1 Melhores meses de observação



(1) Janeiro	(2) Fevereiro	(3) Março	(4) Abril	(5) Maio	(6) Junho
(7) Julho	(8) Agosto	(9) Setembro	(10) Outubro	(11) Novembro	(12) Dezembro



3.5.4.2.3. Em extinção (1) Sim (2) Não

##### 3.5.4.2.3.1 Melhores meses de observação

(1) Janeiro	(2) Fevereiro	(3) Março	(4) Abril	(5) Maio	(6) Junho
(7) Julho	(8) Agosto	(9) Setembro	(10) Outubro	(11) Novembro	(12) Dezembro



 <b>INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA</b> 	
CATEGORIA C1 – ATRATIVOS NATURAIS	
3.5.4.2.4. Exótica ( 1 ) Sim ( 2 ) Não	
3.5.4.2.4.1 Melhores meses de observação	
( 1 ) Janeiro	( 2 ) Fevereiro ( 3 ) Março ( 4 ) Abril ( 5 ) Maio ( 6 ) Junho
( 7 ) Julho	( 8 ) Agosto ( 9 ) Setembro ( 10 ) Outubro ( 11 ) Novembro ( 12 ) Dezembro
3.5.4.2.5. Outras _____	
3.5.4.2.5.1 Melhores meses de observação	
( 1 ) Janeiro	( 2 ) Fevereiro ( 3 ) Março ( 4 ) Abril ( 5 ) Maio ( 6 ) Junho
( 7 ) Julho	( 8 ) Agosto ( 9 ) Setembro ( 10 ) Outubro ( 11 ) Novembro ( 12 ) Dezembro
3.5.5. Fauna	
3.5.5.1. Espécies	
3.5.5.1.1. Endêmica ( 1 ) Sim ( 2 ) Não	
3.5.5.1.1.1 Melhores meses de observação	
( 1 ) Janeiro	( 2 ) Fevereiro ( 3 ) Março ( 4 ) Abril ( 5 ) Maio ( 6 ) Junho
( 7 ) Julho	( 8 ) Agosto ( 9 ) Setembro ( 10 ) Outubro ( 11 ) Novembro ( 12 ) Dezembro
3.5.5.1.2. Rara ( 1 ) Sim ( 2 ) Não	
3.5.5.1.2.1 Melhores meses de observação	
( 1 ) Janeiro	( 2 ) Fevereiro ( 3 ) Março ( 4 ) Abril ( 5 ) Maio ( 6 ) Junho
( 7 ) Julho	( 8 ) Agosto ( 9 ) Setembro ( 10 ) Outubro ( 11 ) Novembro ( 12 ) Dezembro
3.5.5.1.3. Em extinção ( 1 ) Sim ( 2 ) Não	
3.5.5.1.3.1 Melhores meses de observação	
( 1 ) Janeiro	( 2 ) Fevereiro ( 3 ) Março ( 4 ) Abril ( 5 ) Maio ( 6 ) Junho
( 7 ) Julho	( 8 ) Agosto ( 9 ) Setembro ( 10 ) Outubro ( 11 ) Novembro ( 12 ) Dezembro
3.5.5.1.4. Exótica ( 1 ) Sim ( 2 ) Não	
3.5.5.1.4.1 Melhores meses de observação	
( 1 ) Janeiro	( 2 ) Fevereiro ( 3 ) Março ( 4 ) Abril ( 5 ) Maio ( 6 ) Junho
( 7 ) Julho	( 8 ) Agosto ( 9 ) Setembro ( 10 ) Outubro ( 11 ) Novembro ( 12 ) Dezembro
3.5.5.1.5. Outras _____	
3.5.5.1.5.1 Melhores meses de observação	
( 1 ) Janeiro	( 2 ) Fevereiro ( 3 ) Março ( 4 ) Abril ( 5 ) Maio ( 6 ) Junho
( 7 ) Julho	( 8 ) Agosto ( 9 ) Setembro ( 10 ) Outubro ( 11 ) Novembro ( 12 ) Dezembro
3.6. Atividade econômica	
3.6.1. Agropecuária	
( 1 ) Não ( 2 ) Agricultura ( 3 ) Pecuária ( 4 ) Aquicultura ( 5 ) Silvicultura ( 6 ) Outras _____	
3.6.2. Industrial	
( 1 ) Não ( 2 ) Petrolífera ( 3 ) Automobilística ( 4 ) Têxtil ( 5 ) Alimentícia	
( 6 ) Coureira ( 7 ) Joalheira ( 8 ) Madeireira ( 9 ) Ceramista ( 10 ) Outros _____	
3.6.3. Extrativista	
( 1 ) Não ( 2 ) Mineral ( 3 ) Vegetal ( 4 ) Animal	

	<b>INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA</b> <b>CATEGORIA C1 – ATRATIVOS NATURAIS</b>	
---	---	---

**3.7. Descritivo das especificidades do atrativo**

---

---

---

---

---

---

**3.8. Acesso ao atrativo**

**3.8.1. A pé**

3.8.1.1. Trilha de acesso    ( 1 ) Pavimentada    ( 2 ) Não pavimentada

3.8.1.2. Extensão (m) \_\_\_\_\_

3.8.1.3. Grau de dificuldade    ( 1 ) Leve    ( 2 ) Semipesada    ( 3 ) Pesada

**3.8.2. Transporte**

**3.8.2.1. Regular**

Empresa	Telefone	Site eletrônico (site/página na web)	Endereço eletrônico (e-mail)

**3.8.2.2. Retado**

Empresa	Tipo de transporte	Telefone	Site eletrônico (site/página na web)	Endereço eletrônico (e-mail)



  

**4. PROTEÇÃO, QUALIFICAÇÃO, CERTIFICAÇÃO, PREMIAÇÃO, DESTAQUES E OUTROS**

**4.1. Do atrativo    ( 1 ) Sim    ( 2 ) Não**

Categoria	Instrumento (nº)	Nome/Título/Denominação/Certificação/Licenciamento	Entidade declaratória/Tipo de declaração
<b>4.1.1. Municipal</b>	4.1.1.1. Lei/Decreto		
	4.1.1.2. Portaria/Instrução/Deliberação		
	4.1.1.3. Norma/Ato		
	4.1.1.4. Outras		

		INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA			
CATEGORIA C1 – ATRATIVOS NATURAIS					
4.1.2. Estadual/ Distrital	4.1.2.1. Lei/Decreto				
	4.1.2.2. Portaria/Instrução/ Deliberação				
	4.1.2.3. Norma/Ato				
	4.1.2.4. Outros				
4.1.3. Federal	4.1.3.1. Lei/Decreto				
	4.1.3.2. Portaria/Instrução/ Deliberação				
	4.1.3.3. Norma/Ato				
	4.1.3.4. Outros				
4.1.4. Internacional	4.1.4.1. Lei/Decreto				
	4.1.4.2. Portaria/Instrução/ Deliberação				
	4.1.4.3. Norma/Ato				
	4.1.4.4. Outros				
4.1.5. Outras	4.1.5.1. _____				
	4.1.5.2. _____				
<b>5. ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO</b>					
( 1 ) Muito bom    ( 2 ) Bom    ( 3 ) Ruim					
<b>6. ACESSIBILIDADE</b>					
<p>6.1. Possui alguma facilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida?</p> <p>( 1 ) Não    ( 2 ) Sim (responder às questões seguintes)</p> <p>6.1.1. Pessoal capacitado para receber pessoas com deficiência</p> <p>( 1 ) Não    ( 2 ) Física    ( 3 ) Auditiva    ( 4 ) Visual    ( 5 ) Mental    ( 6 ) Múltipla</p> <p>6.1.2. Rota externa acessível</p> <p>( 1 ) Não                      ( 2 ) Estacionamento    ( 3 ) Calçada rebaixada    ( 4 ) Faixa de pedestre</p> <p>( 5 ) Rampa                      ( 6 ) Semáforo sonoro    ( 7 ) Piso tátil de alerta    ( 8 ) Piso regular e antiderrapante</p> <p>( 9 ) Livre de obstáculos    ( 10 ) Outras _____</p> <p>6.1.3. Símbolo internacional de acesso</p> <p>( 1 ) Não            ( 2 ) Entrada            ( 3 ) Área reservada            ( 4 ) Estacionamento            ( 5 ) Área de embarque e desembarque</p> <p>( 6 ) Sanitário    ( 7 ) Saída de emergência</p> <p>6.1.4. Local de embarque e desembarque</p> <p>( 1 ) Não    ( 2 ) Sinalizado    ( 3 ) Com acesso em nível</p> <p>6.1.5. Vaga em estacionamento</p> <p>( 1 ) Não    ( 2 ) Sinalizada    ( 3 ) Com acesso em nível    ( 4 ) Alargada para cadeira de rodas    ( 5 ) Rampa de acesso à calçada</p> <p>6.1.6. Área de circulação/acesso interno para cadeiras de rodas</p> <p>( 1 ) Não            ( 2 ) Rampa            ( 3 ) Elevador            ( 4 ) Plataforma elevatória            ( 5 ) Com circulação entre mobiliário</p> <p>( 6 ) Porta larga    ( 7 ) Piso regular/antiderrapante</p> <p>6.1.7. Escada</p> <p>( 1 ) Não    ( 2 ) Corrimão    ( 3 ) Patamar para descanso    ( 4 ) Sinalização tátil de alerta    ( 5 ) Piso antiderrapante</p>					

	<p style="text-align: center;"><b>INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA</b></p> <p style="text-align: center;"><b>CATEGORIA C1 – ATRATIVOS NATURAIS</b></p>	
---	--	---

## 6.1.8. Rampa

(1) Não (2) Corrimão (3) Patamar para descanso (4) Piso antiderrapante (5) Sinalização tátil (6) Inclinação adequada

## 6.1.9. Piso

(1) Não (2) Tátil (3) Sem obstáculos (tapete ou desnível) (4) Antiderrapante/deslizante

## 6.1.10. Elevador

(1) Não (2) Sinalizado em Braille (3) Dispositivo sonoro (4) Dispositivo luminoso (5) Sensor eletrônico (porta)

## 6.1.11. Equipamento motorizado para deslocamento interno

(1) Não (2) Cadeira (3) Carrinho

## 6.1.12. Sinalização visual

(1) Não (2) Entrada (3) Recepção (4) Porta (5) Sanitário (6) Elevador (7) Restaurante (8) Área de lazer (9) Área de resgate

## 6.1.13. Sinalização tátil

(1) Não (2) Entrada (3) Recepção (4) Porta (5) Sanitário (6) Elevador (7) Restaurante (8) Área de lazer (9) Área de resgate

## 6.1.14. Alarme de emergência

(1) Não (2) Sonoro (3) Visual (4) Vibratório

## 6.1.15. Comunicação

(1) Não (2) Texto informativo em Braille (3) Texto informativo em fonte ampliada (4) Intérprete em Libras (língua brasileira de sinais)

## 6.1.16. Balcão de atendimento

(1) Não (2) Rebaixado (3) Preferencial para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida

## 6.1.17. Mobiliário

(1) Não (2) Altura adequada (3) Recuo adequado

## 6.1.18. Sanitário



(1) Não	(2) Barra de apoio
(3) Porta larga suficiente para entrada de cadeira de rodas	(4) Giro para cadeira de rodas
(5) Acesso para cadeira de rodas	(6) Pia rebaixada
(7) Espelho rebaixado ou com ângulo de alcance visual	(8) Boxe ou banheira adaptada
(9) Torneira monocomando/alavanca	

## 6.1.19. Telefone

(1) Não (2) Altura adequada (3) Para surdos (TPS ou TTS)

6.1.20. Sinalização indicativa de atendimento preferencial para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (1) Sim (2) Não

## 6.1.21. Outras \_\_\_\_\_

	<b>INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA</b> <b>CATEGORIA C1 – ATRATIVOS NATURAIS</b>	
7. OBSERVAÇÕES		
8. REFERÊNCIAS		
9. EQUIPE RESPONSÁVEL		
<p>Responsável pelo preenchimento (Pesquisador) _____</p> <p>Telefone/Fax _____</p> <p>Endereço eletrônico (e-mail) _____</p> <p>Responsável pela conferência (Coordenador) _____</p> <p>Telefone/Fax _____</p> <p>Endereço eletrônico (e-mail) _____</p>		